

# MOVIMENTO

**ESPECIAL**

**OS CAMPONESES,  
DE EL SALVADOR  
À POLÔNIA**

4 páginas  
sobre um conturbado  
mundo de 2 bilhões  
de pessoas

Os camponeses nos países capita-  
listas: modernização, reforma  
agrária e revolução. Nos países  
socialistas: desenvolvimento das  
forças produtivas e luta de clas-  
ses.

P. 9 a 12

**OS ERROS  
DA ESQUERDA  
EM 1964**

Por Jacob Gorender,  
ex-dirigente do PCB

P. 14 e 15

**CHUVA E  
SECA NO  
SERTÃO**

Nosso repórter  
Murilo Carvalho  
conta o drama  
nordestino P. 6 e 7

**EXCLUSIVO**

# FALAM OS REVOLTOSOS DA PM

Movimento entrevista com  
exclusividade um dos  
organizadores da greve e  
rebelião da PM baiana,  
que promete manter a  
luta salarial mesmo com  
a dura repressão das  
Forças Armadas

P. 3 a 5

**MOVIMENTO**

materia

123456789

1. Movimento: Como é qual com

2. Oficial da PM: No. 123456789

3. reunir lençóis

4. 123456789



Edição Semanal 299 — 23 a 29/3/81 — Cr\$ 80,00 Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) — Cr\$ 105,00





# Quem precisa do fim dos reajustes semestrais de salários?

Em outubro de 1979, quando a Arena aprovou, através de manobras regimentais do Congresso, a proposta governamental para uma nova política salarial, foram afastadas quase todas as reivindicações apresentadas pelos líderes sindicais mais combativos. Durante a discussão da lei, que vigora até hoje, com algumas alterações, a oposição apresentou um projeto substitutivo prevendo, entre outras coisas, que os reajustes salariais passariam a ser trimestrais, ao invés de anuais — como ocorria até aquela época —, e com base em critérios estabelecidos pelas partes e não em índices decretados pelo governo. Além disso, haveria livre negociação coletiva dos trabalhadores; seria assegurado o direito de greve quando não houvesse acordo; e se proibiria demitir qualquer trabalhador logo após a correção ou aumento salarial, a não ser por falta grave.

O governo ignorou o substitutivo. Mas não pôde ignorar completamente as reivindicações dos trabalhadores, apresentadas com insistência em greves que varriam o país.

Os trabalhadores viviam uma conjuntura favorável. Os índices de desemprego, por exemplo, eram menores. E o nível de suas lutas era elevado, possibilitando-lhes impor algumas derrotas ao governo. O vigor e a extensão das greves de 1978 e 1979, e início de 80, especialmente, — além de inúmeras vitórias parciais, chegaram a ameaçar a destruição completa da política de arrocho salarial que se mantinha há 15 anos, sustentada pela repressão, e falsificação de dados.

Foi diante deste quadro que o governo recuou, incluindo no seu projeto de lei, aprovado em 1979, os reajustes semestrais de salários e a negociação direta dos índices de produtividade.

Hoje, refeitos do susto inicial, tendo em suas mãos relatórios que dizem que o número de greves caiu de 400 para 100, de 79 para 80, empresários e representantes do governo começam a difundir a idéia da necessidade de uma nova lei salarial. Ninguém chegou a propor nada oficialmente e as declarações são quase sempre dúbias. O general Figueiredo, por exemplo, disse acreditar que os aumentos semestrais alimentam a inflação; também aceita a tese de que os salários dos trabalhadores estão defasados em relação à inflação; mas, finalmente,

se disse disposto a discutir com os empresários, se estes o procurarem, o fim do reajuste semestral. Luis Eulálio Bueno Vidigal, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, disse que vai estudar o assunto "tão cedo quanto possível, ouvindo inclusive os sindicatos operários, para depois formular uma proposta ao governo. Diz que está preocupado com os efeitos dos salários sobre a inflação e sobre o crescente desemprego.

Nestes balões de ensaio lançados pelo governo e empresários, geralmente são ditas duas coisas: 1) que não há condições políticas para acabar com o reajuste semestral; 2) que ele é um poderoso realimentador de inflação e gerador de desemprego.

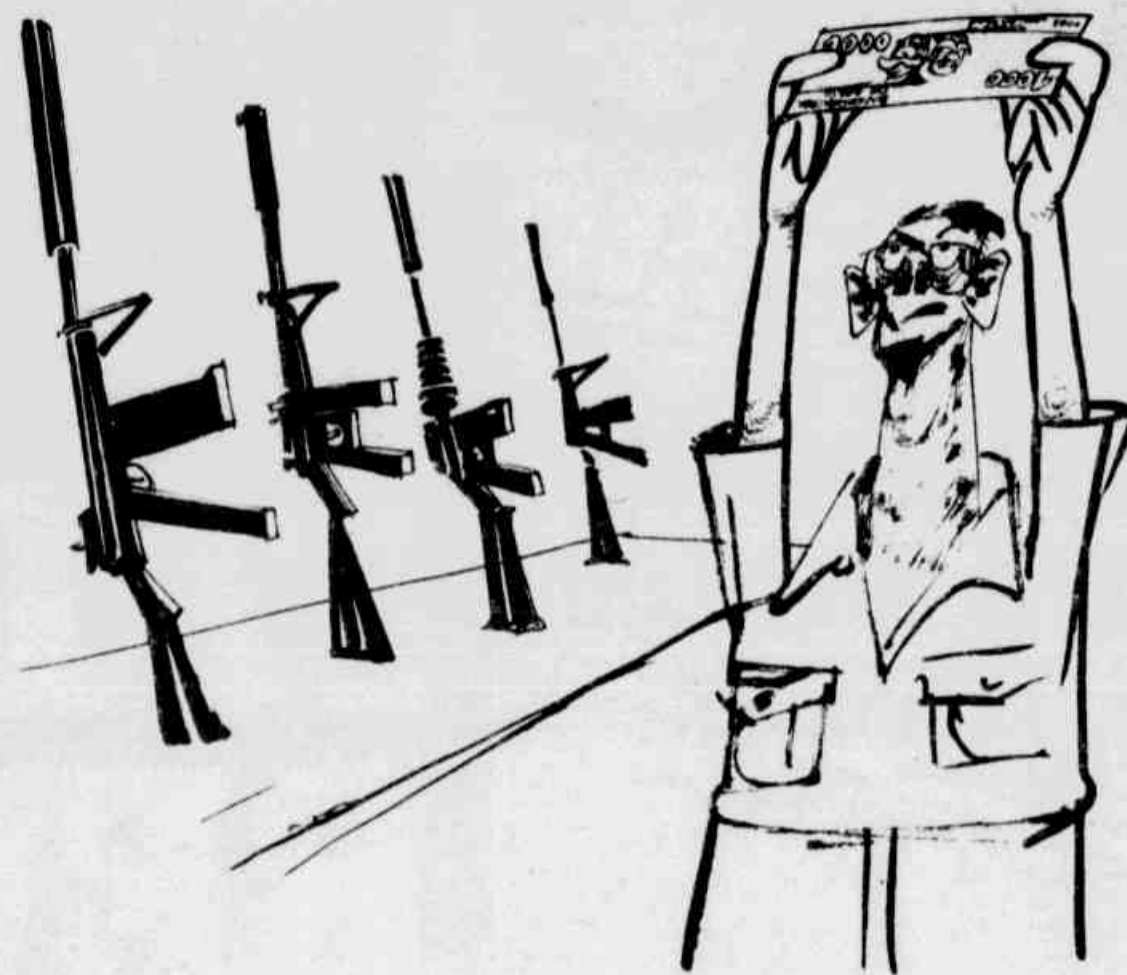
E é diante das dificuldades políticas da tarefa a que se estão propondo que governo e empresários parecem ter sentido a necessidade de incluir nas negociações um novo elemento: a livre negociação dos salários, em todos os níveis salariais, em troca do fim do reajuste. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, endossando o ex-ministro e atual banqueiro internacional Mário Simonsen, disse: "Como já ocorreu com os juros, preços, correção monetária, seria natural que os salários também ficassem sujeitos à livre negociação entre as partes interessadas". (Dias depois, Galvêas disse que era um ponto de vista pessoal e que não cabia a ele decisões sobre o assunto.)

Qual o valor dessas afirmações? Como os trabalhadores devem recebê-las? A tese de que os salários são responsáveis pela inflação, que chega à casa dos 120% é, como foi exaustivamente demonstrado, ridícula.

O economista João Saboia já demonstrou, inclusive, que a perda salarial dos trabalhadores numa economia com inflação de 40% e reajustes anuais é menor que a perda numa economia onde a inflação passa de 100% e os reajustes são semestrais. Ou seja: apesar dos reajustes semestrais, a inflação desembestada come mais o poder aquisitivo agora do que antes. É um cinismo insistir em que meros reajustes realimentam a inflação, criando enorme celeuma em torno de uma falsa questão, enquanto nada se fala por exemplo, sobre os lucros de alguns grandes bancos do país, que no ano passado ultrapassaram 200%.

Como seus argumentos são muito fra-

**Chico**



*As armas e os barões assinalados...  
Não há dúvida: comunistas portugueses!*

géis por esse lado, governo e empresários atacam por outro, acenando para os trabalhadores com o espectro da recessão e do desemprego. O argumento deles é o seguinte: seria melhor não pressionar muito as indústrias com a questão salarial, para que elas não sejam obrigadas a reduzir muito o número de empregados, já que a economia anda devagar. Ou ainda: com o desaquecimento da economia, que já está em andamento, as indústrias enfrentarão muitas dificuldades, devendo os trabalhadores optar por salários mais baixos e mais gente empregada.

Para quem defende a recessão, com a diminuição da produção em todos os setores da economia, isso está correto. Mas quem defende a recessão? Atualmente são os grandes banqueiros e monopólios internacionais e seus associados no país, preocupados com a imensa dívida externa do Brasil. Foi por causa deles que o governo liberou as taxas de juros bancários, deixando-as elevar-se absurdamente — com isto quer obrigar que empresários busquem financiamentos no exterior, trazendo dólares para o país. É na defesa desses interesses que o governo vai parar a indústria, que depende essencialmente de equipamentos sofisticados e importados — com isto quer frear um pouco o crescimento da dívida, o que é uma exigência dos credores.

Entim, o modelo capitalista dependente adotado pelo regime militar está sendo forçado a entrar em fase de recessão, depois de vários anos se expandindo.

A recessão exigida pelo Fundo Monetário Internacional é a fórmula do governo para pagar seus erros. Mas não é, de forma alguma, a fórmula que atende aos interesses do país; se faltam até mesmo calçados e arados rudimentares, por que o país precisa reduzir o crescimento de sua produção industrial?

Fala-se muito também que os reajustes semestrais estão afetando principalmente as pequenas e médias empresas; e que muitas delas estariam até fechando por causa disso. É lógico que isso pode estar ocorrendo, uma vez que a participação dos salários no valor de produção destas pequenas e médias empresas é maior que nas grandes. Mas também aqui não é correto dizer que o problema seria resolvido arrochando ainda mais os salários.

Finalmente, empresários e governo devem-se muito mais à política de recessão, que liberou as taxas de juros e comprimiu o crédito, aumentando o custo do dinheiro e à monopolização dos créditos e subsídios nas mãos de umas poucas centenas de empreendimentos.

Finalmente, empresários e governo não atribuir seus problemas aos salários, estes empresários devem exigir do governo juros e tributação menores, além de créditos maiores.

Finalmente, empresários e governo quando sugerem que menores salários trazem mais empregos: é um fato inevitável que a recessão aumente o número de desempregados numa economia como a nossa, monopolizada e deformada. O fim do reajuste semestral é, portanto, um passo decisivo do governo em direção à recessão, provocará com isso mais desempregos ainda.

Quando à proposta dos empresários de barganhar reajustes semestrais por negociações diretas, deve-se perguntar: por que eles não falam nas leis de exceção que mantêm os trabalhadores e seus sindicatos presos numa camisa de força?

É fácil falar de negociação direta com a Lei de Segurança Nacional pairando ameaçadora sobre as cabeças de líderes sindicais, com o Fundo de Garantia servindo para garantir dispensas em massa, com a CLT cheia de princípios facistas, com a Justiça do Trabalho sem autonomia... E num momento em que o desemprego cresce e a inflação dispara.

Os trabalhadores, porém, já tiveram lições suficientes nos últimos anos para saber que um movimento sindical independente não está previsto na democracia de Figueiredo.

A essa trama os trabalhadores saberão responder mais uma vez, procurando elevar sua organização e combatividade. A luta contra a carestia e o desemprego não se deve fazer às custas de seus salários; mas dos lucros dos grandes capitalistas, dos juros dos banqueiros e usurários e da renda dos grandes proprietários da terra.

Os trabalhadores precisam, não do fim do reajuste semestral, mas do início dos reajustes trimestrais. Ou da escala móvel de salários, como a que existe em países europeus, onde pequenos aumentos do custo de vida implicam aumentos automáticos e equivalentes nos salários.

## MOVIMENTO SERVICIOS INTERNACIONAIS Le Monde

**Conselho de Direção**

Agostinho Gisê, Alcy Linhares, Alvaro Caropreso, Antonio C. Ferreira, Antonio C. Queiroz, Armando Boito Jr., Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Delzir A. Matias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José C. Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia R. Dias, Luiz C. Antero, Luiz Macklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

**Conselho Editorial de Movimento**

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976).

**Diretoria de Edição S/A**

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo e Roldão Oliveira (diretores adjuntos).

**Movimento** é uma publicação de Edição S/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. CEP 05415. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Distribuição: Abril S/A — Cultural e Industrial. Rua Emilio Goeldi, 575. Tel. 65-5115. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Joruês. Rua Gastão da Cunha, 49. Tel. 531-8900. São Paulo. Material internacional via Varig.





Salvador ocupada pelas Forças Armadas. Pouco antes os PMs se dirigiam ao local da Assembleia que decidiu pela greve.

POLÍCIA

# Revolta e morte na PM

As crescentes dificuldades do regime para controlar as reivindicações de sua própria polícia

Otto Filgueiras

Para os supersticiosos, o dia 13 sempre significou mau agouro. E quando coincide com uma sexta-feira tem gente que não sai nem de casa. Aproveitando a superstição ou não, os 10.500 oficiais e soldados da Polícia Militar da Bahia decidiram não ir às ruas no último dia 13, iniciando uma greve por melhores salários que durou três dias e provocou um grave conflito no interior das Forças Armadas e do regime. Na verdade, a greve dos PMs baianos, que resultou em cinco prisões, na morte do tenente Valmir Alcântara e deixou paralisado o tenente João Mário (ambos baleados por fuzileiros navais) abalou seriamente o pedestal do todo-poderoso vice-rei do Nordeste, governador Antonio Carlos Magalhães.

Inédita em toda a história recente do Brasil, pelo menos no grau de radicalização, a paralisação da PM — embora tenha sido um movimento eminentemente salarial — transformou-se num grande acontecimento político. Afinal tratase da primeira greve violenta, depois de 1964, que ocorreu envolvendo uma força policial-militar que se rebelou inconformada com os baixos salários.

De repente, assim meio de surpresa, ficou absolutamente claro que a ditadura no Brasil começa a ter dificuldades até em controlar seu próprio aparato militar, mesmo se tratando apenas de uma força auxiliar como são as PMs.

Mais grave ainda é que em nenhum momento o regime teve condições de caracterizar a greve como alguma coisa subversiva. Exatamente por não ter conotação política e nenhuma interferência das forças oposicionistas, a greve da PM deixou evidente, mesmo sem ter esse objetivo, a fragilidade do regime e

principalmente do governador Antonio Carlos Magalhães, que fracassou em controlar seus liderados.

No dia anterior à paralisação, o governo garantia com segurança que não haveria greve. Afinal, logo na comemoração do segundo ano de seu governo não poderia ocorrer tamanha indisciplina, justamente no interior de sua própria polícia. Mas, a barriga vazia e os baixos salários da PM (um soldado ganha Cr\$ 7 mil, um tenente Cr\$ 14.500,00 e um capitão Cr\$ 16.800,00 por mês) foram motivos suficientes para os policiais superarem o medo das represálias anunciadas por Antonio Carlos.

## Na sexta feira 13, a PM inferniza a vida do governador

Como haviam prometido há alguns meses e confirmado nas últimas semanas que paralisariam o trabalho caso o governador não respondesse ao documento que reivindicava a equiparação do soldo com o das Forças Armadas (um aumento em torno de 200 por cento), os PMs da Bahia entraram em greve na sexta-feira.

Nem mesmo as ameaças de severas punições anunciadas pelo governador e a prisão do coronel Otto Aguiar, comandante do policiamento do interior (um dos poucos coronéis que aderiram ao movimento) intimidaram os grevistas.

Na sexta-feira, 13, a bruxa estava solta para infernizar a vida do governador. A cidade amanheceu com um cenário diferente. A tranquilidade aparente contrastava com o policiamento ostensivo. Só

que ao invés de PMs eram soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica que patrulhavam as ruas. Usando uniformes e armas pesadas como fuzis e metralhadoras os soldados das Forças Armadas pareciam preparados para enfrentar um golpe de Estado. Não fosse a tensão que passou a reinar na cidade, o quadro poderia até ser considerado engraçado: os soldados portando enormes fuzis tentavam sem habilidade alguma controlar o tráfego. Para demonstrar seu poderio, além dos soldados das Forças Armadas, o governador conseguiu até mobilizar helicópteros do Exército e da Marinha para sobrevoar Salvador. E colocou mais dois mil homens e duzentas viaturas da Polícia Civil. A preocupação principal já não era apenas garantir o policiamento da cidade, mas principalmente precaução com a possibilidade de um motim.

Seguramente, pelo menos no início da greve e antes de ocorrer a morte do tenente Valmir Alcântara (que provocou uma verdadeira comoção da PM) não existia nenhum indício de rebelião, devido ao caráter eminentemente reivindicatório e completamente apolítico.

Uma prova disso era a participação na greve de figuras como o major Etienne Falcão, conhecido na Bahia pelas suas arbitrariedades e um auxiliar eficaz do regime no combate à subversão em 1964 e posteriormente nas passeatas estudantis de Salvador. Se fosse feita uma análise da composição ideológica da oficialidade da PM baiana, sem dúvida se chegaria à conclusão de que a maioria não tem contradições ideológicas com o regime. O máximo a que chegam é protestar contra a presença de oficiais do exército no comando geral da PM, como

faz o coronel Otto de Aguiar que também é conhecido na Bahia por ter comandado a repressão a movimentos populares e muito bem conceituado junto aos órgãos de segurança. Foi ele que em 1976 comandou a invasão e expulsão dos moradores do bairro do Moutinho em Salvador.

Quando percebeu que a greve se concretizara, o governador reuniu a imprensa no final da tarde de sexta-feira para anunciar que jamais negociaria com os grevistas, que já tinha dado prender os cabeças e que iria enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional: Artigos 35 e 37 que prevêem penas de 1 ano e 8 meses a 4 anos de prisão. "Já tenho uma lista de 60 nomes", anunciou o governador, como se estivesse próximo a debelar uma alta conspiração.

## Com a morte do tenente o movimento radicalizou

Contudo, embora arrotasse arrogância e intransigência diante da imprensa, o governador estava preocupado com os desdobramentos da greve e suas consequências políticas para seu governo. Tanto assim, que, na madrugada de sexta-feira para sábado, Antônio Carlos entrou em contato com um dos capitães que lidera o movimento e propôs relaxar a prisão de Otto Aguiar, não punir ninguém e até mesmo atender as reivindicações posteriormente. Em troca Magalhães exigiu a volta imediata ao trabalho.

Inicialmente uma parte da oficialidade tendeu a aceitar a proposta. Mas, a



## A mobilização estava apoiada e garantida por vários setores da sociedade baiana.

maioria, já calejada com o descaso do governador, não topou o acordo. Só retornavam ao trabalho com garantias de que Antonio Carlos Magalhães concordava e dava a equiparação salarial pretendida. A determinação dos oficiais em continuar parados até a segunda-feira ficou mais consolidada ainda depois da missa realizada no sábado em homenagem ao soldado Isaias dos Santos, morto por um cabo da Aeronáutica durante o carnaval. Na missa, que foi celebrada no Bonfim, compareceram mais de 2 mil policiais da PM. A mobilização estava garantida e apoiada por diversos setores da comunidade baiana. Embora os PMs tenham impedido que um grupo de estudantes distribuisse uma nota de solidariedade "para evitar envolvimento de pessoas estranhas ao movimento", a satisfação dos oficiais estava estampada nos rostos. Satisfeitos, eles confidenciavam aos jornalistas que tinham recebido apoio do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) dos partidos políticos de oposição — PMDB, PP, PDT e PT e de diversas entidades e diretórios estudantis.

Na assembléia, realizada logo após a missa, os PMs rejeitaram a proposta do governador. Volta ao trabalho, só com garantias. Assim, a greve continuava. Naquela altura não sabiam os grevistas que a disposição de continuar o movimento custaria a vida do tenente Valmir Alcântara. Alertados de que algumas viaturas estavam sendo utilizadas pelas Forças Armadas e que o major Etiene Falcão, comandante da Polícia Rodoviária Estadual, já havia capturado três carros da corporação em poder de fuzileiros navais, a direção do movimento entrou em contato com o comandante geral da PM coronel Sílvio Mattos, para evitar a radicalização, e ficou acertado que as viaturas seriam recolhidas.

Mas, ao invés disso, por ordem do coronel Humberto Sturaro, comandante do policiamento da capital, as viaturas continuaram em poder das Forças Armadas e não foram recolhidas, resultando no atrito fatal com PMs.

Com a morte do tenente, o movimento radicalizou. Na madrugada de sábado para domingo uma bomba de fabricação caseira explodiu no Palácio Rio Branco e no domingo, praticamente em todo o interior do Estado, os PMs entraram em greve. Assim, além da capital, os batalhões das cidades de Alagoinhas, Barreiras, Vitória da Conquista, Itiéus, Itabuna, Juazeiro, Feira de Santana e outras cidades menores paralisavam o trabalho. Paralelamente as Forças Armadas aumentavam a repressão, prendendo mais oficiais e reprimindo qualquer manifestação durante o enterro do tenente.

### A VI Região Militar assume o comando da PM baiana

A partir de domingo o comando da PM já não pertencia mais ao coronel Sílvio Mattos e muito menos ao governador Antonio Carlos Magalhães. Por determinação do ministro do Exército, general Valter Pires, o comandante da VI Região Militar, general Moraes Rego, assumiu o comando operacional da Polícia Militar da Bahia.

Como já haviam decidido anteriormente que a greve seria interrompida na segunda-feira, os oficiais retornaram ao trabalho com um nó na garganta e revolta pela morte do tenente. Chegou-se a pensar em continuar a paralisação, mas, com a repressão pelas Forças Armadas, a prisão de mais quatro oficiais (além de Otto Aguiar foram presos o major Etiene Falcão, os capitães Fábio Olegário e Edson Barbosa e o tenente Gilson Santiago, considerados "cabeças da greve") o estado de espírito baixou, fazendo que as lideranças optassem por interromper a greve. Até mesmo a assembléia que estava marcada para segunda-feira à noite foi suspensa, inclusive porque o general Moraes Rego interditou o clube dos oficiais. De quebra o comandante da VI Região Militar abriu IPM — Inquérito Policial Militar — para apurar a participação na greve e enquadrar os líderes na Lei de Segurança Nacional.

Aparentemente, o movimento dos PMs estava derrotado. Mas nos quartéis os oficiais garantem que vão continuar se movimentando e anunciam novas paralisações no futuro próximo. Além disso, é ponto pacífico entre a oficialidade que ninguém mais faz campanha para o governador Antônio Carlos ou vota em seus candidatos. Além disso, dois fatos significativos demonstram claramente as dificuldades que o governador e o governo federal vão enfrentar para superar o problema criado: na segunda-feira, o major Etiene Falcão, que estava preso desde sábado por ter resgatado a força três viaturas da PM em Periperi, recusou-se a entrar no carro do Exército e não aceitou a escolta da Polícia do Exército quando era transferido para o Colégio Militar.

### Como julgar os grevistas sem fazer estardalhaço?

Embora ninguém acredite que não vai haver represálias, pelo menos para alguns considerados "cabeças", o regime e o governador Antonio Carlos Magalhães têm um pepino para descascar na Bahia. Primeiro é como julgar os líderes grevistas sem atrair estardalhaços, já que o julgamento é público e os oficiais indiciados poderiam, hipoteticamente, querer virar a mesa no julgamento e comprometer a hierarquia militar. O violento major Etiene, por exemplo, poderia, conforme especulou um jornalista, resolver contar como foi sua participação no golpe de 1964 auxiliando o Exército no combate à subversão. Por outro lado, vai ser difícil para o Exército e o governador controlarem totalmente a situação da PM, que embora seja uma força auxiliar das Forças Armadas e seu comandante geral um oficial do Exército, o resto da corporação é toda formada de PMs. Assim como o grau de insatisfação com os baixos salários é muito grande, dentro da PM, o governador e seus chefes militares terão de encontrar um "jeitinho" para solucionar o impasse. De qualquer forma, se depender apenas do governador, pelo menos o major Etiene, por causa do seu passado controvertido, poderá ser jogado às feras e ainda render trunfos para o governador nas áreas "liberais".

# "A chama est

Em entrevista exclusiva a Movimento, um Otto Filgueiras

A greve dos oficiais da Polícia Militar na Bahia e a dimensão do movimento que está sendo articulado há mais de um ano dentro dos quartéis da corporação foi sem dúvida um dos acontecimentos mais importantes dos meios militares dos últimos tempos. Movidos por um sentimento de revolta pelos baixos salários que recebem e pelo protecionismo dentro dos quartéis, esses oficiais tiveram a petulância de fazer uma paralisação inédita dentro de uma instituição militar. Em entrevista exclusiva ao jornal Movimento um dos oficiais articuladores do movimento contou como vivem os praças, sobrevivendo a duras penas e morando em favelas da cidade. No relato fica claro que a revolta surge por causa da fome que impera entre os soldados e posteriormente pela disposição da oficialidade que assume a direção e exige um tratamento igual ao que o regime dá às Forças Armadas.

Por motivos óbvios, esse oficial preferiu ficar no anonimato.

**Movimento:** Quais foram os reais motivos da greve de três dias que vocês fizeram na Bahia?

**Oficial da PM:** O motivo principal da paralisação é a luta pela equiparação salarial com as Forças Armadas. Ganhamos muito pouco e o Estado da Bahia tem condições de pagar mais. As polícias militares de outros Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, estão recebendo quase igual às Forças Armadas.

**M:** Quando foi que começou a mobilização?

**Of:** No ano passado. O problema chegou a um ponto que o soldado ganhava igual a um sargento da PM. Surgiu, então, naturalmente, um descrédito na corporação e isso levou os sargentos a realizarem uma reunião, que foi proibida, mas resultou em vantagens, com aumento de salários.

**M:** Como é que foi o aumento?

**Of:** Foi liberada uma verba que passou a ser distribuída em forma de hora extra. Mas isso logo complicou porque os comandantes distribuíam essa verba como queriam e para quem interessava.

**M:** Quer dizer, então, que essas vantagens foram manipuladas...

**Of:** Exatamente. No ano passado, por exemplo, enquanto a maioria dos oficiais recebia Cr\$ 15 mil, alguns que fazem parte da panela dos coronéis recebiam até Cr\$60 mil. Logicamente isso provocou a revolta de todo mundo.

**M:** Como é que o problema se desenvolveu?

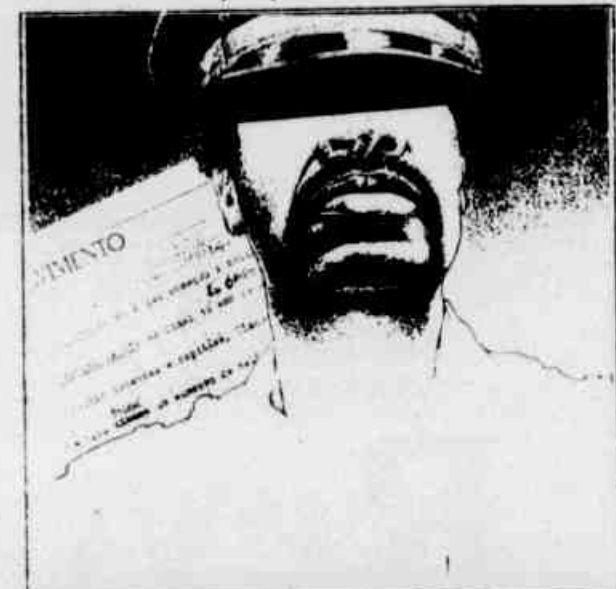
**Of:** Depois do movimento dos sargentos e do aumento que conseguiram e que posteriormente foi manipulado, toda a corporação foi ficando revoltada e apareceram movimentos isolados. A primeira paralisação da PM baiana aconteceu no 6º Batalhão: as diárias extras não foram pagas e a tropa recusou-se a ir às ruas. A partir daí, outros batalhões começaram a reagir da mesma maneira. A Companhia de Polícia de Choque paralisou suas atividades também, porque os soldados não receberam diária. Ninguém soube disso. Os jornais não noticiaram nada e ficou restrito à corporação. Em todas essas paralisações não houve punições. A indisciplina passou a imperar.

**M:** A greve dos 70 soldados do 7º Batalhão foi reprimida...

**Of:** Foi. Tudo por culpa dos coronéis (não todos, mas a maioria) e do governador Antonio Carlos Magalhães.

**M:** Como é que foi a greve do 7º Batalhão?

**Of:** Aconteceu em julho do ano passado. Foram todos os 72 soldados que estavam trabalhando que se recusaram a sair às ruas, reivindicando aumento de salários. Além do problema salarial, essa greve foi provocada também por causa de uma entrevista que o governador Antonio Carlos Magalhães deu aos jornais do sul. Na época Antonio Carlos garantiu que demitiria qualquer soldado que seguisse o exemplo das movimentações que estavam ocorrendo em outros Estados. Revoltada, a tropa parou.



**"Não aceitamos que o Exército se intrometa em nossa corporação"**

**M:** Como foi a punição?

**Of:** O governador pediu a relação do pessoal do 7º Batalhão que estava de serviço no dia da paralisação e mandou demitir todo mundo. O Comandante da PM Sílvio Mattos tentou argumentar com o governador mas não adiantou. No princípio os coronéis do Estado Maior da PM não aceitaram que qualquer soldado fosse punido ou expulso. Ai, então, ficou um impasse, porque o governador exigia a demissão dos soldados ou então a do comandante do 7º Batalhão. Obviamente, os coronéis optaram pela exclusão dos 72 soldados para satisfazer o governador. A maioria dos coronéis preferiu preservar seus cargos em detrimento da corporação.

**M:** Isso significa que os coronéis não são da confiança dos oficiais?

**Of:** Exato. A turma não gosta deles, pelo menos da maioria dos coronéis, porque deixam de cumprir suas obrigações para agradar ao governador.

**M:** Então existe uma outra contradição dentro da PM baiana, além dos problemas de salários baixos.

**Of:** Existe e é tão importante como a luta pelos salários. Todos os cargos-chave, do comandante de tropa, de batalhão, só são preenchidos depois que o governador é consultado e que só permite a permanência de oficiais que contribuem para o PDS.

Em todo o interior do Estado, o problema político é que determina o preenchimento de vagas de delegados ou simples chefes de posto policial, em cidades pequenas. Um simples soldado, que seja, num pequeno arraial, representa muito politicamente para o esquema do governador.

**M:** O envolvimento da PM com a política do governador Antonio Carlos Magalhães está por trás de todos os problemas...



# acesa e não se apagará''

da greve da PM baiana explica quais os objetivos e como foi organizada a «rebelião».

**Of:** Mais do que isso. A PM está a serviço de Antonio Carlos Magalhães. E isso causa mal-estar na corporação. Logo no início do governo, Antonio Carlos já criou problema quando indicou um coronel da reserva e não da ativa para ser subchefia da Casa Militar. Desprestigiando os coronéis da ativa, Antonio Carlos convocou o coronel Cabral, da reserva, para assumir o cargo. E na subchefia da Casa Militar, o governador nomeou um tenente coronel, o Camerindo, que antes era major e foi promovido após assumir o cargo.

**M:** O movimento da PM baiana é formado por quem da oficialidade?

**Of:** Uns dois coronéis, e a totalidade de capitães e tenentes, além dos sargentos e soldados.

**M:** Como é que começou a mobilização para a greve?

**Of:** No final do ano passado e início de 1981 começamos a reunir tenentes e capitães. Tínhamos lido nos jornais do Sul que o Exército tivera um aumento de salários de 102%. Baseados numa tabela que foi publicada com o soldo do Exército, tiramos xerox e começamos a discutir o assunto no Clube dos Oficiais. Fizemos a primeira assembléia no início do ano (é permitido legalmente) e elaboramos um documento reivindicando equiparação com o exército. O documento foi entregue ao comandante geral da PM, Silvio Mattos.

**M:** Não existe uma reação contra a permanência de oficiais do Exército no comando da PM?

**Of:** Existe. Nós não aceitamos que o Exército se intrometa na nossa corporação, mas por um problema de hierarquia, e para não ser caracterizada a indisciplina, decidimos que o documento deveria ser entregue a Silvio Mattos. O comandante aceitou o documento e garantiu que o levaria ao governador. Antonio Carlos Magalhães tratou com desdém o documento, recusou-se a responder. Depois de várias assembléias decidimos que deveríamos parar o trabalho.

**M:** Inicialmente a greve estava marcada para ocorrer durante o carnaval...

**Of:** Isso não é verdade. Não pretendíamos fazer greve no carnaval em respeito à comunidade. Mas logo depois do carnaval nos reunimos outra vez e decidimos entrar em greve se não tivéssemos uma resposta do governador. Então, no dia 11 a oficialidade se reuniu e considerou uma omissão do governo às nossas reivindicações e decidimos parar por três dias, para depois, então, tomar novas posições.

**M:** A organização da greve pareceu perfeita no início. Como foi organizada?

**Of:** (Um pequeno sorriso). Foi a fome e a disposição de lutar para melhor.

**M:** Vocês conseguiram ser vitoriosos na paralisação...

**Of:** Sim, paramos praticamente toda a PM no Estado.

**M:** Correto, mas veio a repressão das Forças Armadas e do governador...

**Of:** Estava tudo previsto, inclusive as prisões e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional.

**M:** A impressão que deu é que vocês ficaram meio atordoados com a morte do tenente Valmir Alcântara e o ferimento em João Mário...

**Of:** Ocorreram coisas que não estavam previstas, mas isso não modifica nossa estratégia. As Forças Armadas usaram a violência, mas não vamos fazer a mesma coisa.

**M:** Depois da morte do tenente e da intervenção do general Moraes Rego no comando da PM o movimento parece que ficou perdido. Até a assembléia que vocês pretendiam realizar na segunda-feira, dia 16, foi suspensa...

**Of:** Foi suspensão, primeiro, porque o Clube dos Oficiais foi interditado e tomado pelo Exército e em segundo lugar porque o estado psicológico entre os PMs mudou. Estava todo mundo tenso, e por isso não seria favorável uma assembléia. Mas não vamos ficar parados. Vamos paralisar o trabalho novamente se as reivindicações não forem atendidas. A primeira paralisação foi apenas uma demonstração do que poderemos fazer. Não estamos atordoados não. Estava tudo previsto, inclusive a intervenção do Exército.

**M:** No dia 17, todos os oficiais deveriam se entregar presos em solidariedade aos que já estão detidos e isso foi suspenso. Significou um recuo?

**Of:** Nada disso. Aconteceu que isso não estava muito discutido. E depois Moraes Rego pediu um voto de confiança e decidimos aceitar para ver o que acontecia.

**M:** Segundo se soube, o acordo proposto por Moraes Rego era no sentido de que se ninguém se entregasse, ele poderia arquivar o IPM. Isso não é uma armadilha?

**Of:** Pode ser, mas estamos preparados. O que ocorreu foi uma reunião com os coronéis da PM no dia 16. O general Moraes Rego prometeu encontrar uma solução para o problema (dar aumento) e arquivar o IPM.

**M:** Então vocês estão conscientes de que esse pacto pode esfacelar o movimento?



**“Não somos experts em greves, mas já aprendemos muito”**

**Of:** Esfacelar não. Eles podem tentar mas não vão conseguir. O que tínhamos de fazer para despertar a corporação já foi feito, agora ninguém segura mais. Não somos experts em greve, mas aprendemos muito. A chama foi acesa e ninguém consegue apagar.

**M:** A impressão que fica é que vocês parecem não compreender a dimensão do movimento que fizeram. Foi uma espécie de rebelião dentro de uma força policial que nunca ocorreu no país. Será que o regime, o governo, os militares vão admitir a quebra da hierarquia? Será que vão admitir o fantasma da “indisciplina”?

**M:** Estamos entendendo sim. E é importante deixar claro que nosso movimento não tem qualquer conotação política. É uma brigá apenas salarial. E as Forças Armadas sabem disso. Assim como sabem que a PM é muito importante para

## Como aconteceu a morte do tenente Valmir Alcântara?

As circunstâncias em que morreu o tenente Valmir Alcântara e saiu gravemente ferido o tenente João Mário e posteriormente a repressão durante o enterro do oficial deixou claro a importância que o regime deu à greve dos PMs baianos e a forma violenta como a reprimiu.

O fuzilamento dos oficiais da PM, até agora não esclarecido, é o primeiro fato que demonstra a violenta repressão da greve. A versão do comandante do II Distrito Naval, vice-almirante Dilmar Vasconcelos, é a de que os oficiais da PM foram os iniciadores do tiroteio, que estariam à paisana e por isso mesmo teriam sido confundidos com “assaltantes”, mas um dos oficiais da PM que sobreviveu ao episódio conta história completamente diferente.

Como não foi identificado, este oficial conta que ele, os tenentes Valmir Alcântara, João Mário e mais dois companheiros chegaram ao bairro da Calçada com o propósito de capturar as viaturas em poder dos fuzileiros navais a exemplo do que já havia feito, horas antes, o Major Etiene Falcão, em Periperi. “Nosso propósito era pacífico e pretendíamos apenas recolher a viatura. Estávamos os cinco fardados e em hipótese alguma poderíamos ser confundidos com marginais. Dentro da viatura havia quatro fuzileiros, um cabo, um sargento e dois soldados. Quando encostamos no veículo eles manobram os fuzis como se já estivessem esperando. Nossa reação então, foi sacar as armas para obrigá-los a desengatilhar os fuzis. Imediatamente eles concordaram e abandonaram o carro. Já estávamos nos preparando para entrar no veículo e ir embora quando surgiram mais fuzileiros em outra viatura e recebemos a saraivada de balas. Saímos correndo, procurando abrigo e vimos os tenentes Valmir e João Mário caírem. Não disparamos um só tiro”. Atingido pelas costas por uma bala de fuzil “Fall” que lhe atravessou o corpo e saiu pela barriga, deixando-lhe as vísceras expostas, o tenente Valmir já caiu praticamente morto. E o tenente João Mário recebeu o tiro no lado, que foi alojado na espinha: o tenente corre risco de vida e ao que tudo indica, pelo menos, vai ficar paraplético.

Segundo suspeita o oficial que sobreviveu ao massacre, a presença de outro

grupo de fuzileiros navais no local lhe pareceu tratar-se mais de uma emboscada preparada exatamente para surpreender os que fossem tentar tomar a viatura. Obviamente o comandante do II Distrito Naval contou uma história diferente do episódio, conforme foi publicado nos jornais de Salvador: segundo Dilmar Vasconcelos, no sábado, dia 14, às 12 horas e 30 minutos, em Periperi, um carro da PM, o Luna 5, entregue à Marinha, estava sendo ocupado por dois marinheiros e dois fuzileiros quando foram abordados por oficiais da PM fardados que colocaram armas de fogo na cara dos ocupantes e tomaram o veículo. Posteriormente, segundo o comandante do II Distrito Naval, outro grupo tentou fazer a mesma coisa no bairro da Calçada. Só que desta vez, explica Dilmar Vasconcelos, os ocupantes eram fuzileiros experimentados, treinados em combates de desembarque de praia e já sabiam da ação anterior. Sempre segundo o comandante, os “assaltantes” estavam à paisana e podiam ser simples “bandidos”. Como os fuzileiros teriam sido ameaçados com revólveres, um dos assaltantes teria dito aos companheiros “Estoura o sargento”. Nesse ínterim, segundo a versão de Dilmar Vasconcelos, teria chegado outra patrulha de fuzileiros dirigidos por um tenente. O tenente fuzileiro ainda teria pedido calma, mas os assaltantes saíram correndo e atirando.”

Estória da carochinha? Talvez, principalmente porque numa das fotos publicadas por um dos jornais locais, o quepe do tenente Valmir Alcântara está sobre sua barriga para cobrir o ferimento.

Da mesma forma que a estória do tiroteio parece ser coisa de cinema, os fuzileiros, depois o Exército, decidiram continuar com o filme e tomaram literalmente o largo da Calçada. Com equipamento pesado, com bazucas e metralhadoras de tripé, as tropas federais transformaram o largo da Calçada numa verdadeira praça de guerra.

A noite o cenário de guerra continuou. Só que agora transferido para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, onde estava o corpo do tenente morto: uma tropa do Exército chegou ao local e cercou o prédio com metralhadoras de tripé.

o Exército, para a manutenção da ordem.

**M:** Então, é esse o triunfo de vocês?

**Of:** Entre outros, sim. Um simples soldado da PM no interior é muito importante para servir de ponte política na identificação de focos subversivos. E, principalmente na manutenção da ordem pública pois somos nós os encarregados disso. Isso significa que ou eles tratam bem a PM ou se complicam porque não vão poder reprimir a todos. Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, se desgastou muito com a greve e com a repressão, porque perdeu o apoio e muitos votos que os PMs conseguem.

**M:** Objetivamente existe uma contradição da PM com o Exército. Vocês não têm autonomia e agora são reprimidos...

**Of:** Estamos lutando para conseguir a

autonomia. Em relação à contradição com as Forças Armadas a principal é que o Exército protege o governo, o poder, e nós da PM, a população.

**M:** Mas como protegem a população se vocês mesmos reconhecem que são usados para reprimir os movimentos populares? Por falar nisso, como é que fica agora? Vocês de repressores passaram a ser reprimidos. Se tivessem de reprimir passeata de trabalhadores vocês voltariam a fazer isso tranquilamente?

**Of:** Cada qual tem que pagar seu ônus pela luta que assume. Agora estamos pagando o nosso, com sangue. Quando estamos no papel de repressor reprimindo uma passeata não é a PM que faz isso e sim o regime, o governo. Temos de cumprir ordens.





CENA BRASILEIRA

# Seca e chuva no nordeste

Nosso repórter assistiu e conta o drama dos flagelados nordestinos

Murilo Carvalho

A chuva começou de madrugada em todo o sertão do Araripe, no oeste pernambucano. Uma chuva esperada e anunciada há vários dias pelas nuvens escuras que o vento trazia dos lados da Bahia. E o povo que veio cedo para a feira de Ouricuri — a maior cidade de todo o Araripe — chegou alegre, pisando satisfeito as poças de água barrenta que a chuva ia largando na caatinga seca.

Os feirantes armaram suas barracas e tendinhas, procurando esconder um pouco a miudeza do que traziam — farinha, carne de bode, uns restinhos de umbu, pouco feijão de corda, uma ou outra manga temporã, arroz pilado e umas poucas verduras. Feira de tempo ruim, feira da seca.

No meio do barro, a feira barulhenta de Ouricuri tinha uma alegria danada, debaixo da chuva miúda que ficou firme a manhã toda. Mas corria um certo boato pela cidade desde o dia anterior — sexta-feira, 13 de março — de que havia uma multidão de flagelados famintos vindo em direção a Ouricuri.

Mas uns poucos só se preocuparam, afirma o velho Tostonho, morador de São Brás, um povoado próximo a Ouricuri. "Então esses esconderam um pouco suas mercadorias e puseram pouco à venda".

Em todo caso, era pouco mais de 11 horas da manhã quando um grito correu pela feira: "eles tão aí, eles tão aí".

Mal deu tempo para os comerciantes do fundo da feira saírem correndo com suas mercadorias. Em poucos minutos havia cerca de 600 homens, mulheres e

crianças atirando-se aos sacos de farinha, apanhando arroz, feijão, pedaços de carne. Uma enorme agitação percorreu a feira toda. Ninguém reagia: o medo de velhas histórias de famintos chegados aos bandos da caatinga, em tempo de seca, paralisou todo mundo.

## Ninguém reagia: era o medo dos famintos chegando em bandos

— Ninguém reagiu mesmo não, nem podia, não é? Entraram aí na feira, um horror de gente com fome, mulher, menino, mulher velha. A polícia chegou logo, junto com o prefeito —, mas não atacou não, ficou só olhando.

O prefeito apanhou um megafone e pediu calma, tentou controlar uns poucos feirantes revoltados. Mas a saída foi distribuir um pouco de arroz e feijão para quem tivesse precisão.

— Precisão a gente tem mesmo, porque não sobrou uma boga de feijão para comer. Não tem jeito. Eu mesmo plantei 10 tarefas de roça e não tirei uma boga de feijão. Do jeitinho que vi nascer, vi morrer. De sol, de estiagem. Aí a gente desespera, então olhei para meus 11 filhos e pensei: só saindo prá procurar recurso nessa frentes do governo, que diz que tem, afirma Tostonho, sitiante sem terra, plantador na caatinga.

— Depois da confusão na feira o prefeito disse que ia contratar uma frente pra fazer uns servicinhos aí na rua mesmo. Mas só contratou uns 12 homens e

diz que vai pagar Cr\$ 700,00 por semana. O jeito é pegar isso, não é, o que tem.

Os famintos, como chegaram, saíram. Em silêncio, recolhidos, assustados, enxarcados de chuva.

— Eles eram aqui da cidade não, vieram de outros lugares, foi gente de Exu, de Santa Rita, de Bodocó, desse mundo afora, que a fome bate igual nesse tempo de seca. Aqui em Ouricuri, graças a Deus, não houve briga não, nem confusão, só esse povo de fome chegando e agarrando tudo.

— Agora com a chuva pode ser que melhore, porque com a água vai crescer o pasto, vai ajudar a planta. E pros fazendeiros vai melhorar primeiro e depois para os pobres melhora também, porque os fazendeiros podem contratar a gente pra fazer um servicinho diário.

Em todo caso a chuva deste sábado é só o começo. Vai apenas matar a sede com poças barrentas, fazer aos poucos renascer o capim. Mas é apenas uma esperança que não afasta nem mesmo o temor do povo de Ouricuri de que os famintos espalhados agora pela caatinga voltem e da próxima vez nada seja tão calmo como neste sábado de manhã. A seca deste ano não é novidade para ninguém, muito menos para o governo que no início de 1979 recebeu um relatório confidencial do Instituto de Atividades Espaciais, assinado pelo brigadeiro Hugo de Oliveira Piva que previa uma seca acentuada no período 79 a 85 que "encerra uma calamidade climática que certamente afetará grande porção da popu-

lação brasileira localizada no polígono das secas".

## "Não vingou nada, tá tudo morto, castigado pela seca"

Os estudos do IAE, órgão ligado ao Centro Técnico Aeroespacial, de São José dos Campos e mantido pela Aeronáutica, não foram levados a sério. Nenhum programa especial foi desenvolvido e até mesmo um grande número de frentes de trabalho foram desativadas e os agricultores tiveram que voltar aos seus roçados.

A gente voltou com uma sobrinha miúda e deu pra adquirir uma sementes de feijão e de milho. Aí esperou o tempo e plantou e nada de chuva, só o sol castigando. Não vingou nada, tá tudo morto, castigado. O pouquinho que tinha já foi comido e agora fazer o quê? É procurar outra frente de serviço, ver se dá pra alistar e lutar. Diz João Severino Cruz, morador de um Distrito de Ouricuri, Pernambuco.

A seca, como não podia deixar de ser, causa mais problemas para o pequeno agricultor que se torna a primeira vítima da fome e da seca. Sem nenhuma ajuda oficial com créditos bancários ou garantias contra prejuízos de safra, o pequeno sitiante fica na dependência exclusiva de seus braços.

— A gente só vive mesmo é do que planta, só faz o de comer, não tem luxo nenhum, então vive muito na beirinha da morte, por isso, quando falta o feijão,



# Pressionado pela polícia por ter carregado um saco de arroz, suicidou-se: "adeus cumpradres"...

falta a farinha, a gente fica que nem pas-sarinho — fraco, derrotado. O pobre nesse sertão de Deus não encontra muito recurso. Água, tem que procurar uma cacimba perdida nesse mundão, que rio secou tudo faz anos. Planta e não colhe. Fazer o quê? O governo diz que ajuda, mas não ajuda muito. Tinha era que melhorar os açudes, fazer mais, arranjar jeito de aguar as plantas que a terra aqui é boa, falta é molhar ela. Por isso o pobre vai primeiro, é o primeiro a cair e então, depois, vão caindo os fazendeiros remediados e só muito no fim é que caem os ricos. Mas uma coisa eu lhe digo: rico mesmo tem pouco no sertão, o que tem demais é pobre, tudo lascado. E pra esse não tem mais jeito.

O jeito — pelo menos mais aparente — que o governo apresenta para resolver o problema da fome — as frentes de trabalho — são olhadas sem ilusão. Não absorvem nem um décimo dos lavradores famintos e pagam tão pouco que mal dá para a alimentação do próprio trabalhador, deixando sua família que ficou no sertão, na mesma situação de penúria. As frentes pagam Cr\$ 700,00 por semana, quando um litro de feijão custa Cr\$ 120,00 nas feiras.

Além disso, as frentes — em geral para construir estradas — situam-se em regiões distantes dos sítios, o que obriga muitas vezes o lavrador a levar junto sua família que fica perambulando pela redondeza, sem nenhuma espécie de abrigo.

— Eu só me alisto na frente porque não tem jeito, mas não adianta muito. Ou escolho ir embora, sofrer em São Paulo ou nesses mundões aí. Mas a gente sempre viveu apegado à terra, ao chão, da gente, então fica desesperado de abandonar. Esse lado precisa olhar também, porque o homem é igual a um pé de planta que tem raiz também, diz João.

Se a fome é grande, a sede não é menor no sertão. A tarefa de buscar água passa a ser dramática. Os rios e riachos estão todos secos. Os grandes açudes nas suas últimas reservas.

— O jeito de encontrar água é em cacimba que sobrou. Mas agora está ficando quase impossível e se não chover mais eu não sei o que vai acontecer. Já estamos buscando água há quase 200 quilômetros em carros-pipa e não sei até quando vai ser possível abastecer as populações de tantos povoados assim.

O número de carros-pipa é muito pequeno e só mesmo com um número muito maior será possível melhorar um pouco a situação, afirma um vereador de Ouricuri.

O que não deixa de ser estranho, diante de tanta desgraça evidente, é o otimismo do presidente da Sudene Walfrid Salmite Filho, que acha que a situação não deve ser considerada desesperadora e que "ainda não há seca no Nordeste" e espera cair "uma chuva grossa, capaz de encher os reservatórios. Se isso não ocorrer poderíamos dizer que seria um terrorismo divino".

De qualquer maneira, e mesmo com as chuvas que começaram a cair na semana passada, há 780 municípios em estado de emergência numa área de 300 mil quilômetros quadrados, que equivale a quase 90% do polígono das secas.

As únicas soluções mais definitivas tentadas pelo governo, como o projeto Asa Branca, em Pernambuco ou o projeto Sertanejo, ou ainda a construção de grandes açudes e represas têm sido duramente criticadas por técnicos e pela própria população do sertão.

— Essas represas são boas, afirma, por exemplo, o agricultor Ramiro de

Freitas, de Petrolina. Mas só adiantam para quem tem terras muito perto delas porque como é que um pequeno sitiante vai conseguir canalizar uma irrigação por 30, 40 km? A gente precisava era de muita aguada, organizar os açudes menores, colocando mais perto dos sítios a água para as plantas. Eu mesmo tenho que buscar água para meus animais em latões de leite, no jipe. Mesmo assim, estou sem pasto nenhum e a saída é deixar o gado pastar na beira da estrada um restinho de capim que ainda sobra por lá.

O líder do PMDB na Assembléia Legislativa de Pernambuco, Monsueto de Lavos, ao analisar o projeto Asa Branca para a "Tribuna dos Sertões" demonstra bem como esse estilo faraônico de represas é uma consequência direta da política econômica brasileira, voltada exclusivamente para o benefício da grande empresa privada, em prejuízo da grande massa de pequenos e médios proprietários rurais.

O projeto Asa Branca, por exemplo, é na verdade um conjunto de obras que vão beneficiar exclusivamente um pequeno número de grandes proprietários rurais com dinheiro e influência suficiente para fazer parte dos planos de irrigação.

## Enforcado num poste, fugindo da acusação de subversão...

— Não se trata, ao propor uma filosofia para projetos como o Asa Branca, baseado na realidade e ecologia sertanejas, de voltar à era da lamparina, da carroça. Trata-se de utilizar meios acessíveis a toda a população sertaneja e não apenas a um punhado de proprietários.

Os grandes açudes propostos por todos os principais projetos têm sido desaconselhados por especialistas, como o agrônomo Jorge Coelho, do ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária, ante a constatação do processo de salinização em grandes reservatórios, como o exemplo mais citado, a represa de Assuã, no Egito. E que já pode ser observado em Pernambuco nos açudes de Custódia e Poço da Cruz, além do projeto Bebedouro, em Petrolina, cujas águas tornam-se dia a dia mais salgadas.

Algumas outras técnicas têm sido sugeridas e estudadas por vários ecólogos, mas passam distante das mesas dos burocratas da Sudene. A proposta do ecólogo Vasconcelos Sobrinho, por exemplo, de construir-se barragens submersas, que evitariam a excessiva evaporação e mesmo a salinização das águas não chegou a ser cogitada em nenhum dos projetos.

— O que se quer é abrir estradas, inaugurar obras com nomes de políticos, e as frentes de trabalho ao invés de criar pequenos açudes comunitários com irrigação por métodos simples, vão construir estradas que já nem são tão necessárias. Isso aí é bom para as empresas construtoras e para o governo que realiza obras com a mão-de-obra mais barata do país.

Falando a jornalistas em Crateús, no Ceará, o bispo D. Frágoso, conhecido por seu trabalho efetivo junto à população pobre, resumiu, no final da semana, uma visão séria das obrigações do governo para com o povo flagelado:

— É um grave dever do poder público retornar ao povo faminto da área da seca, em programas de trabalho e abastecimento, o dinheiro que o povo confiou à sua administração. Quando existem cerca de 20 milhões de pessoas no polígono das secas precisando de trabalho e salá-

rios justos, os grandes projetos nacionais podem ser espaçados ou adiados. Aqueles que têm sobras para além de suas necessidades básicas sabem que em tempos de fome generalizada estas sobras pertencem ao povo faminto mais do que a eles. A repressão da polícia e das Forças Armadas, as reclamações coletivas do povo faminto agravam a situação e podem provocar o desespero das invasões.

Em Crateús, na diocese de D. Frágoso, o padre está atraindo a atenção de milhares de flagelados por colocar-se ao lado deles usando um instrumento que a própria Igreja já esqueceu e mesmo muitos consideram obsoleto: o jejum solidário com os que passam fome.

Compartilhar a fome dos que estão com fome, tocar o coração dos cristãos para que partilhem o pão com os que têm fome e expulsar do coração do povo o demônio do medo, para que, organizados, reclamem um tratamento justo neste tempo de seca. Diz o padre Alfredo Kunz, justificando seu jejum:

— O jejum também quer ser um protesto contra tanto sofrimento injusto. Vamos todos rezar e jejuar para botar fora de nossa comunidade o demônio do dinheiro, da mentira e do medo.

Nas últimas duas semanas, antes que as chuvas comessem a cair, cerca de 22 cidades haviam sido invadidas por grandes grupos de flagelados pela seca. Na maioria delas os saques foram durante as feiras-livres, quase sempre nos sábados de manhã. Tomavam um pouco de comida — em geral feijão e farinha e depois voltavam para a caatinga, numa estranha peregrinação.

## Como expulsar do coração o povo o demônio do medo

Em quase todas as cidades e povoados onde os flagelados apareceram, a região da população — eles próprios também acossados pela seca — foi de passividade. Mas em alguns lugares maiores, como Senador Pompeu, no Ceará, por exemplo, a polícia tentou dispersar os famintos a tiros e pancadaria, mas teve que recuar, enquanto o prefeito conseguia alguma comida para distribuir.

Um bom exemplo do resultado da pressão policial ocorreu na sexta-feira, 13 de março, em Senador Pompeu, após o saque ao armazém da COBAL. Pressionados por agentes policiais empenhados em achar "a subversão" que comandou o ataque dos flagelados ao armazém, os lavradores se assustaram e um deles Francisco Alves do Nascimento, desesperado, suicidou-se. Sua morte, enforcado num poste de luz, foi um protesto violento e final contra a injustiça e a opressão, como ele explica na carta de despedida que deixou: "A minha esposa e meus três filhos que são Sindoval, Antonio e Genival e aos demais familiares que tanto amo. Aos meus inimigos deixo o legado da minha morte. Sei que fui um cara de bons antecedentes. Mas é isso mesmo. A felicidade também nos joga no abismo. Minha preocupação foi o desemprego desde 10 de novembro passado e agora esse caso de arroz. Para mim foi a pior coisa que passei na minha vida. O adeus aos meus compadres. Devo deixar esta vida, mesmo não sabendo como será a outra. Toda pessoa tem seus traumas. Esse foi o pior."

Francisco Alves havia sido acusado de ter se apropriado de um saco de arroz, durante o ataque ao armazém da COBAL, em Senador Pompeu.

## Muda o Mobral

Invejoso e temeroso do sucesso das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs — o governo atacou também nessa área de ação comunitária mudando o Mobral. A razão apontada para a mudança no Mobral: o analfabetismo já estaria extinto no país. O IBGE discorda: o analfabetismo ainda atingiria 26% dos brasileiros. E mais: os dados do censo 80 revelariam uma forte regressão entre os diplomados do Mobral.

Nesses dez anos de existência, o Mobral pode não ter servido tão bem para alfabetizar, mas, com a imensa rede espalhada por todo o país, pode agora ser usado de maneira vantajosa pelo governo, para concorrer com as CEBs, implementar planos comunitários governamentais e, de quebra, ramificar o PDS mais ainda...

## Trágico desprezo

Sete mortos e nove feridos graves foi o trágico resultado do desprezo com que as autoridades tratam o problema do transporte nas periferias das grandes cidades brasileiras. Mais uma vez, uma composição em precário estado de funcionamento parou, como de costume, foi apreendida, mas, na semana passada, em Perus (SP), aconteceu um final sangrento: uma composição vindo em sentido contrário colheu dezenas de passageiros que haviam descido. A composição desgovernada, segundo alega o maquinista, não estava com freios em condições de funcionamento.

## Crédito cortado

Devido aos altos índices de não pagamento, o Crédito Educativo da Caixa Econômica Federal deverá sofrer mudanças. Os reitores estão propondo um sistema de moratória para os diplomados desempregados. Mas o MEC pensa mesmo é em exigir avalistas para os bolsistas...

## Delação do PDS

O deputado Léo Simões, do PDS do Rio de Janeiro, encaminhou vasta delação ao SNI sobre as atividades da oposição na Baixada Fluminense. Léo acusa a Convergência Socialista, o MR-8 e o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypolito, de estarem realizando trabalhos assistenciais na região, uma das mais pobres do país. "Uma nova Cuba poderá surgir na Baixada", adverte o deputado do PDS, se o governo não tomar providências urgentes.

## Capitão condenado

Acostumado com a impunidade, o capitão da PM carioca Levy de Araujo Rocha se esqueceu de ocultar ou eliminar provas de sua carreira de foradadeiro. Por isso, na semana passada, ele foi condenado a 31 anos de prisão. Além de ser até recentemente chefe do policiamento de rua de Copacabana, o capitão Levy se especializou em "arrochar" traficantes, prendendo-os e libertando-os em troca de dinheiro. O erro do capitão Levy foi não eliminar uma testemunha do sequestro do empreiteiro Júlio Leão, do qual ele pretendia extorquir dinheiro. Outras cinco pessoas da quadrilha — policiais, na maioria — também foram condenadas a penas superiores a 22 anos.

## Sabesp chantageia

A Sabesp, que tem provocado rebeliões e depredações no interior de São Paulo por causa de suas exorbitantes contas de água, distribuirá três bilhões de cruzeiros entre os municípios da região do rio Paraíba do Sul, mas apenas para aqueles que entregarem seus serviços municipais de águas e esgotos à Sabesp. As prefeituras que resistem a essa entrega alegam que a Sabesp encarece muito o preço da água, o que é uma verdade mais cristalina que a água da Sabesp.



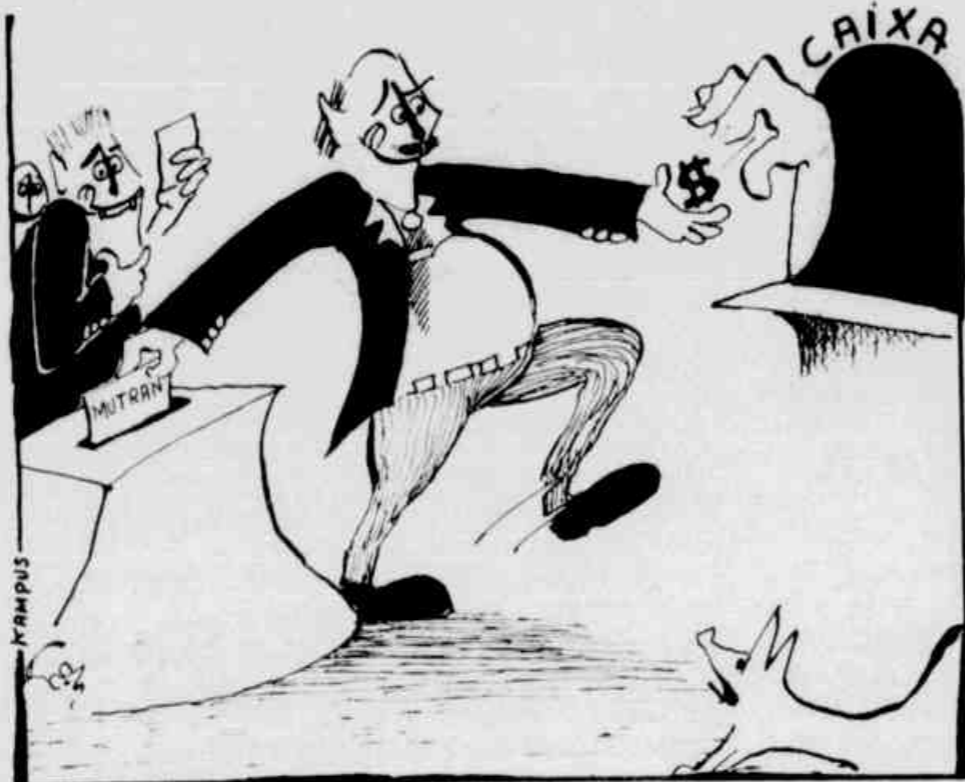
# Racha entre o governador Alacid e Jarbas Passarinho aproxima PTB do PMDB

Tão logo o prefeito de Marabá (PA), coronel Benedito Aguiar, "decaiu da confiança do presidente da República", o presidente local do PDS, Osvaldo dos Reis Mutran, preposto do senador Jarbas Passarinho no município, comemorava com foguetório a volta de seu domínio sobre a política local. A cidade tem seu prefeito nomeado pelo governo, pois é área de segurança nacional; Mutran já conseguiu o domínio da Câmara Municipal, conseguindo que o vereador Samuel Monção fosse eleito presidente daquela casa, ao preço de Cr\$ 300 mil cada voto, segundo denúncia do vereador Ernesto Almeida. Na última quarta-feira, Monção assumiu oficialmente o cargo de prefeito, com o afastamento de Benedito Aguiar.

Com isto, os Mutran estão mandando mais uma vez em Marabá. Só para citar um exemplo do que significa isto, é suficiente lembrar que Osvaldo Mutran foi cassado depois de 1964, acusado de corrupção, inúmeros crimes e violências, inclusive o de ter pessoalmente torturado uma criança de sete anos, arrancando-lhe as unhas.

No vale tudo desta guerra entre os coronéis Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, o governador paraense também dá suas estocadas. Em mensagem à Assembleia Legislativa, no dia 1.º de março, Alacid Nunes mostrou um quadro desolador da economia do Estado, responsabilizando o governo federal pela situação. Ele denunciou que o Estado administra apenas "algo em torno de 10% de sua superfície", e a exportação de minérios é feita "sem qualquer participação dos paraenses".

Por outro lado, o deputado peemedebista Ademir Andrade denunciou uma manobra do governador Alacid Nunes para "cobrir um desfalque de cinco milhões de cruzeiros no Banco do Estado do Pará". Esse desfalque, conforme efarta documentação enviada ao deputado, foi atribuído a um tal de Caio Cesar Diniz. Ademir pediu esclarecimentos, mas Alacid até agora continua calado.



Desde que se consolidou o racha entre os coronéis Jarbas Passarinho e Alacid Nunes — ambos guindados ao poder depois do golpe militar de 1964 — Passarinho fez tudo o que pôde para prejudicar a administração estadual. O fato mais grave neste sentido são as intervenções nos municípios considerados áreas de segurança nacional, como no caso de Marabá.

Os reflexos deste racha aparecem na política local: na Assembleia Legislativa do Estado configura-se uma aliança entre os alacidistas — o governador (apesar de tudo, incluído na direção nacional do PDS) e seus onze deputados, abrigados agora na legenda do PTB — e o grupo do deputado federal Jader Barbalho, presidente do PMDB local.

Muito antes que o racha de Alacid e Jarbas se esboçasse completamente, falava-se na existência de entendimentos entre Jader Barbalho (até agora o oposicionista com maior potencial de votos para vencer as eleições de 1982 ao governo estadual), e exis-

tem muitos indícios nesse sentido: a chance que o PMDB tinha de ganhar os cargos-chave na mesa da Assembleia Legislativa, surgida com a crise política no Estado, não foi aproveitada já que Jader, depois de algumas semanas de articulações nos bastidores, acabou cedendo a presidência aos alacidistas. Na ocasião, o líder do PMDB, deputado Ronaldo Campos divulgou nota oficial onde não só referendou o acordo, como adiantou a possibilidade de futuros entendimentos "com o PTB". No último dia 13, ocorreu outro fato que evidencia a existência desse acordo. A Assembleia Legislativa instalava suas comissões técnicas, e o peemedebista Mario Chermont estava praticamente eleito para a Comissão de Constituição e Justiça, faltando apenas seu próprio voto para a vitória. Para espanto geral, Chermont preferiu votar no alacidista Laércio Franco, empatando a votação, e dando a presidência a Laércio, pelo critério de maior idade. (Luiz Mackloulf de Carvalho, de Belém)

## PT/PARAÍBA

### Acusações dos que ficam e dos que saem

A Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou uma nota, na semana passada, com o objetivo de explicar a saída de 60 membros do PT da Paraíba, inclusive membros da Comissão Nacional, que ingressaram no PMDB. Assinada por Jacob Bittar, secretário nacional do partido, a nota denuncia a "ação nefasta de filiados que, em alguns pontos do país, procuravam sabotar a organização e expansão do Partido" e, antes de sofrerem as eventuais punições estatutárias, esses filiados "anteciparam seu próprio desligamento". Afirmando que incidentes como o da Paraíba "não impedirão a organização nacional do Partido dos Trabalhadores", a nota diz que algumas dessas pessoas ingressaram no PTR "com o oculto propósito — de dificultar sua viabilização legal", enquanto outras teriam sido "atraídas pela suposição de que no PT poderiam dar livre curso a suas ambições pessoais, em detrimento dos interesses coletivos". A atuação dessas pessoas, diz a

nota, reforça a perseguição que o governo e os patrões vêm movendo contra o PT. Com isso, elas aliam-se à direita para impedir que os trabalhadores do campo e da cidade construam "de forma livre e independente, o seu partido político".

Considerando essas acusações falsas e levianas, e devolvendo a acusações de direitismo, Wanderly Farias, ex-membro da Comissão Nacional e da Comissão Regional do PT na Paraíba — um dos que se desligaram — afirmou a **Movimento** que a nota oficial do PT "não responde a nenhuma das questões por nós levantadas como justificativas de nosso desligamento. Não fundamenta sua recusa em assumir a defesa da Constituinte de todo o povo, não rebate as nossas afirmações de que o PT tria o caminho do divisionismo no movimento sindical, não nega que esse partido esteja contribuindo para a divisão das oposições ao considerar os demais partidos oposicionistas como "seus inimigos", e em

nenhum momento passa pela cabeça desses companheiros que existem razões políticas mais profundas para explicar a saída, em menos de dois meses, de mais de 200 militantes do PT em três estados".

Wanderly afirma ainda que ingressou no PT "com o propósito de construir um partido amplo, de massas, capaz de trazer os trabalhadores para a ação política contra o regime militar. Ao ser aprovado o projeto de reformulação partidária, nos iludimos de que haveria espaço para isso, mesmo sob a ditadura e sem plena liberdade de organização e de expressão". Finalmente, após lembrar a expulsão "arbitrária, autoritária e antidemocrática de três companheiros do PT de Pernambuco", ele diz que "o PT tem a obrigação de explicar para o conjunto do partido as verdadeiras razões da saída de tantas pessoas. E essas razões são políticas, e não morais, como tenta fazer crer a nota da Comissão Nacional".

## Diálogo Ulysses-Abi Ackel

A ida de Ulysses ao encontro do ministro Abi Ackel provocou controvérsia no partido. Essa atitude de Ulysses seria, segundo alguns analistas, uma tentativa de neutralizar a imagem de radical empedernido que o líder peemedebista tem em certos setores militares. Ela seria também resultado de pressões do grupo de deputados favoráveis ao diálogo, como Marcelo Cerqueira (BA), Roberto Freire ou Fernando Lira (PE). Outra corrente defende, dentro do PMDB,

a idéia de que o diálogo entre o governo e os partidos de oposição deve ocorrer no Congresso e não nos gabinetes ministeriais. O deputado Odacir Klein, líder da bancada do PMDB no Congresso e Freitas Nobre, 2º vice-presidente da Câmara, pensam dessa maneira; outro líder peemedebista que pensa assim é o ex-governador Miguel Arraes que chegou inclusive a afirmar: "eu, se fosse o presidente do partido, não teria ido".

## Aplicação da LSN continua

Enquanto se discute o "diálogo", a aplicação da Lei de Segurança Nacional prossegue: o deputado Genival Tourinho, do PDT mineiro, foi enquadrado no dia 18; os sindicalistas Luiz Inácio da Silva, Jacob Bittar, José Francisco da Silva, Francisco Alves Mendes Filho e João Maia da Silva Neto estão sendo pro-

cessados por acontecimentos ocorridos no Acre, no ano passado, e os jornalistas Sílvio Rangel de Figueiredo (do jornal *Gazeta do Vale*), Sérgio Rubim, Jurandir Pires de Camargo e Nelson Rolim de Moura (do jornal *Atual*), estão sendo processados em Santa Catarina, todos com base na LSN.

## Patrulhas ideológicas

Os generais Figueiredo e Alcyr Frederico Werner abriram fogo contra os oposicionistas que condenam o diálogo com o governo. Dias antes de assumir o comando da Escola Superior de Guerra, o general Werner, certamente referindo-se a essas críticas, atacou o patrulhamento ideológico: "acho isto uma vio-

lência e contrário ao princípio básico da democracia. O patrulhamento ideológico que tem sido apontado é de extrema esquerda". As críticas ao diálogo chegam a irritar o general Figueiredo, que afirmou: "eu me revoltou é quando confundem diálogo com adesismo".

## Serpa voltará atacar o regime

O general Antonio Carlos de Andrada Serpa, que passará para a reserva no próximo dia 31 de março, já tem data marcada para um novo pronunciamento público: será no dia 21 de abril no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, quando ele voltará a tecer severas críticas à política econômica do governo de favorecimento às multinacionais.

O 21 de abril foi escolhido porque é o dia em que se comemora o enforcamento de Tiradentes, herói da libertação nacional. Naquela data os signatários do "Manifesto em Defesa da Nação Ameaçada" — publicado por inspiração de Serpa — estarão preparando manifestações em todo o país.

## As armas ilegais de S. Paulo

Na semana passada, o comando do II Exército apresentou (foto), em S. Paulo, armas apreendidas como contrabando no aeroporto de Congonhas. Com alto poder de fogo, essas armas — de fabricação norte-americana e italiana — se destinariam, segundo o general Milton Tavares de Souza, à "torrada do poder pela força por algum grupo subversivo".



A suspeita levantada pelo general Milton contra a oposição, logo encampada pelo general José Ferraz da Rocha (chefe do Estado Maior das Forças Armadas), foi minimizada pelo governo, que deu o episódio por encerrado. Por outro lado, o coronel Erasmo Dias afirmou que teria comprado cinco armas semelhantes, na época em que foi Secretário da Segurança de S. Paulo, e apresentado com elas os policiais do Grupo Armado de Repressão a Roubos e

Assaltos — Garra, apesar de seu uso pela polícia ser ilegal. Outra revelação que pode tranquilizar o general Milton: em fevereiro, a Polícia paulista apreendeu com ladrões um fuzil AR-15 semi-automático, com silenciador, mira telescópica e infravermelho para alvos noturnos. Diligências posteriores mostraram que essa arma, semelhantes às apresentadas pelo II Exército, era um modelo esporte vendido em qualquer loja nos Estados Unidos.

## Delfim tem os dias contados?

São cada vez mais fortes os rumores de que o comando da economia nas mãos do ministro Delfim Netto está com os dias contados. Entre técnicos ministeriais e banqueiros do Rio de Janeiro e São Paulo, comenta-se

que o ministro da Desburocratização Hélio Beltrão, é o mais cotado para substituí-lo. Ele teria a vantagem de ter maior facilidade de diálogo, maior tirocinio político e de defender uma economia menos desnacionalizante.





# Camponeses: um meio mundo esquecido

Poznan, Polônia, 9 e 10 de março, 1981. De uma reunião de 500 camponeses nasce o sindicato "Solidariedade Rural", não reconhecido pelo governo. "É a primeira vez que votamos, sem ter ninguém olhando por sobre nossos ombros", diz exultante um cracoviano.

El Salvador, 1980. Dos 7.500 mortos no ano, quase 50% são camponeses. A junta militar consegue atrair também a ira da direita mais extrema, que assassinou 2 sindicalistas americanos presentes no país há apenas uma semana com o fim de auxiliar a tímida reforma agrária oficial.

Itaipu, março de 81. Mais uma vez, centenas de camponeses desapropriados pela hidrelétrica invadem as suas dependências exigindo melhores indenizações e facilidades para aquisição de terras no próprio Paraná.

No Brasil, na América Central, no Leste Europeu os camponeses estão no centro de dramáticos acontecimentos. Para quem esperava que essa categoria social — a mais antiga da nossa sociedade — estivesse desaparecendo, as notícias de jornal não poderiam ser mais surpreendentes; por toda parte os camponeses lutam para manter-se como "produtores livres", donos de seus meios de trabalho, de seu pedaço de terra. A industrialização do mundo, a mecanização da própria agricultura não foi suficiente para destruir essa classe social que vem do mundo antigo e ainda hoje engloba com suas famílias cerca de 2 bilhões — metade dos habitantes do planeta.

Na páginas a seguir **Movimento** apresenta uma visão panorâmica da questão camponesa — no mundo capitalista e socialista. O trabalho visa também dar um quadro mais geral para a compreensão do problema camponês no Brasil, a ser apresentado numa das próximas edições.



Tanto na Polônia (Solidariedade Rural) como no Peru, os camponeses continuam no centro de lutas dramáticas.



Os camponeses nos países capitalistas

## 1-0 verde e o vermelho

Lia Furtado

O fato de o campesinato ter sido praticamente eliminado, já no século XVII, na Inglaterra, país clássico do desenvolvimento capitalista, levou os mais desenvolvidos a generalizações precipitadas. A tendência geral do capitalismo, a prazo mais longo que curto, é o assalariamento dos camponeses. Mas esse processo pode levar séculos.

**Na América Latina, 7% de proprietários têm 93% das terras**

Os dados disponíveis não são precisos, mas pode-se estimar que, dos 1,3 bilhão de trabalhadores rurais da Terra, cerca de 70% são camponeses e 30% operários agrícolas (ver tabela 1). Uma larga faixa dentro das duas categorias é ocupada pelos chamados semi-assalariados ou assalariados temporários, que são os pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários pobres obrigados a vender sua força de trabalho durante parte do tempo.

Mais da metade dos 4,4 bilhões de habitantes do mundo ainda vive na zona rural (tabela 2). A maior parte deles

### A força de trabalho: 1,3 bilhão

Os camponeses representam 70% dos agricultores do mundo

Países do mundo Capitalistas	Trabalhadores na agricultura			
	Total (em milhões)	Participação relativa	Categorias sociais **	
			assalariados	camponeses
<b>Capitalistas</b>				
industrializados	30	2%	40%	60%
médios e atrasados	850	64%	25%	75%
<b>Socialistas</b>	450	34%	55%	45%
<b>TOTAL</b>	1.330	48%*	30%	70%

(\*) Este percentual refere-se ao total da força de trabalho nos 3 setores, agrícola industrial e de serviços.  
 (\*\*) Estimativas gerais baseadas na compilação de dados de origens diversas e anos diferentes. Consideram-se, em geral, camponeses, aqueles que retiram significativa parcela de sua renda das parcelas individuais.

Fonte: Relatório do Banco Mundial, 1980

concentrando-se em países como a Índia, com 74% dos trabalhadores dedicados à agricultura. Nos países onde se realizam reformas agrárias, o campesinato até cresce. Já nos países industrializados, como os Estados Unidos, cai para 27% a população rural, e apenas 2% da força de trabalho estão ocupados na agricultura.

Apesar da proporção excepcional de camponeses ou "farmers" (ocupam mais de 1/3 das terras), nos últimos tempos tem havido nos EUA uma redução anual de 200 mil propriedades rurais. Mesmo aí o campesinato resiste como campesinato. A transformação do capitalismo em capitalismo monopolista, com a



## Até o Banco Mundial descobriu vantagens da reforma agrária



dominação das colônias e semicolônias permite à burguesia imperialista desenvolver-se horizontalmente, em extensão. Através da exportação de capitais e da exploração de outros países, retarda o desenvolvimento em profundidade em seu próprio país. Ou seja, retarda a completa revolucionarização das relações de produção e das forças produtivas e a consequente proletarização total dos camponeses. Assim, o campesinato toma fôlego, adota inclusive alguns avanços técnicos e mantém-se como categoria social distinta, mesmo em países como os EUA, França e Alemanha. Mas nem de longe se parece a seus ancestrais. Está completamente subordinado ao mercado, à indústria, aos bancos, ao comércio.

Apesar da resistência dos camponeses à proletarização completa — esta encarada como fator de maior miséria e total insegurança — sua situação só tem se agravado. Na América Latina encontram-se um dos maiores contingentes de lavradores sem terra e com pouca terra. Apenas 7% dos proprietários monopolizam 93% das terras agricultáveis (dado da FAO/ONU). O próprio Banco Mundial calcula em 700 milhões os pobres e miseráveis do campo no mundo. Não existem fontes de emprego urbano em larga escala e há pouca terra disponível para colonização (a Amazônia é uma das raras exceções).

Temerosas de que a insatisfação dos camponeses aliada à situação explosiva das periferias urbanas conduza novos países a guerras de libertação e revoluções socialistas, as agências internacionais das grandes potências, como o BID e a USAID, têm estimulado os governos sob sua influência a realizar reformas agrárias parciais. Elas próprias conduzem programas de tecnificação de agricultores, sob a bandeira da "revolução verde", em oposição à "revolução vermelha".

Em países como o Japão, Filipinas, Formosa e Venezuela chegaram a realizar reformas — parciais, é claro, e sempre de cima para baixo, sem a participação ativa dos camponeses. No geral, porém, essas pressões não têm sido suficientemente fortes para que seja sacrificada a fração latifundiária que divide o poder com a burguesia nos países atrasados e dependentes. O próprio capital monopolista vem se territorializando crescentemente; há sempre o perigo de que seus domínios possam ser atingidos no processo de desapropriação dos latifúndios tradicionais.

No Peru, a reforma agrária dos militares expropriou dezenas de fazendas de empresas americanas. A epopéia dos índios-camponeses contra os latifundiários e a multinacional Cerro de Pasco Corporation é narrada com maestria pelo escritor Manuel Scorza.

Essas e outras razões explicam os retrocessos das reformas agrárias do Chile e de Portugal, os históricos massacres de camponeses (30 mil fuzilados em 1932, em El Salvador).

Já a "revolução verde" substituiu a eliminação física dos camponeses por sua eliminação enquanto classe. No cínico raciocínio dos "revolucionários verdes", a mecanização intensa da agricultura dispensaria a reforma agrária, pois os camponeses são expulsos da terra. Vão engrossar o exército de desempregados

urbanos.

É ainda o Banco Mundial que constata que nos países onde se realizaram reformas agrárias "a produtividade da agricultura aumentou, a distribuição da renda ficou mais uniforme e a estabilidade rural e social foi fortalecida". Sem dúvida, em muitos desses países os camponeses estão em situação melhor que antes. Pelo menos desaparece a subordinação servil dos "pegujaleros", "arrendeiros" e "yanacostas" aos grandes proprietários, com toda a carga de rendas da terra.

Porém, quando não se extingue totalmente o latifúndio e, mais ainda, mantém-se a dependência do capital monopolista, a opressão do campesinato não desaparece, apenas muda de forma.

Um exemplo patente é o México, considerado modelo de desenvolvimento capitalista em países subdesenvolvidos. Apesar de viver em "reforma agrária permanente" desde a revolução camponesa de 1910, em apenas dez anos (60/70) o número de camponeses decresceu em quase 50%. Em compensação, 12 milhões de "chicanos" (1/5 da população do país) atravessam a fronteira para trabalhar como bóias-frias nas fazendas norte-americanas.

Os exércitos camponeses de Zapata e Pancho Villa, embora tenham ocupado a capital do país em 1914, não tinham um programa, um partido, nem líderes para formar um governo. Foram, assim, incapazes de se tornar a classe dominante. Hoje as classes dominantes tentam em vão reeditar as alianças com os camponeses contra a oposição popular. Foi se apoiando nos lavradores ricos e os mais atrasados que Franco, Mussolini, Hitler, Salazar, Luís Bonaparte, Hirohito e outros conseguiram reprimir os operários e as massas populares, e formar exércitos imperialistas. A propósito do embrutecimento a que o latifúndio condena o campesinato, Álvaro Cunhal conta que, quando rapaz, visitou uma aldeia camponesa em Portugal: pela manhã, escovava os dentes junto a uma bica, quando um garoto dos seus 9 anos apontou para a escova e indagou se aquilo era um livro.

Mas à ignorância, ao analfabetismo, ao peso das tradições seculares de submissão, se contrapõe o inconformismo com a fome, as doenças, a opressão e a expulsão da terra. O que conduz o camponês à luta, à organização em sindicatos, cooperativas, partidos políticos. Os fatos têm demonstrado que a maior parte das reformas agrárias, e as mais radicais, têm sido levadas a cabo pela ação revolucionária das massas, organizadas em frentes populares.

O caso mais recente é o da Nicarágua. Empunhando a bandeira do anti-somocismo e do anti-imperialismo levantada por Sandino na década de 20, os camponeses tiveram um papel fundamental no apoio e participação no exército da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Uma das primeiras providências do novo governo foi expropriar as terras dos "somozistas", que ocupavam 20% do país, e distribuí-las entre os camponeses.

El Salvador segue o mesmo caminho da Nicarágua, lutando sob a bandeira levantada por Farabundo Martí, fuzilado em 1932 pelos militares que se revezam no poder há mais de meio século.

## Da antiguidade ao capitalismo eles lutam pela sobrevivência

# A mais antiga categoria social

Vladimir Pomar

O camponês, em todas as suas variações, é a mais antiga categoria social existente no mundo atual. Surgido nas mais remotas antiguidades, coexistiu com o escravismo e se tornou o trabalhador direto durante o feudalismo. Na medida em que surge a propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho, o camponês aparece como aquele trabalhador direto e livre que é proprietário das condições de trabalho manejadas por ele mesmo. Produz tudo ou quase tudo de que necessita para reproduzir-se como camponês.

Da mesma forma que o escravo, o camponês é um trabalhador rural. Entretanto, o escravo é considerado um simples instrumento de trabalho. Não se distingue, nesse aspecto, dos bois e demais propriedades do escravocrata. O camponês, ao contrário, é um trabalhador livre, não é propriedade de ninguém.

O que distingue o servo da gleba do camponês completamente livre é que o primeiro não possui a propriedade jurídica da terra e está sujeito a uma série de obrigações em relação ao senhor.

Na Antiguidade, o camponês esteve constantemente ameaçado de transformar-se em escravo ou servo. Na Idade Média européia e no feudalismo asiático, a grande maioria tornou-se serva. Mas, na medida em que esta opressão colocava em risco a própria existência do campesinato como tal, este revoltava-se. Apesar de sua dispersão por unidades familiares distantes umas das outras, os camponeses foram capazes de grandes lutas próprias.

Essa luta acentuaram-se na medida em que surgiu no cenário histórico um novo modo de produção. O aumento da população, a reativação do comércio, a constituição de uma classe de burgueses e o aparecimento das manufaturas abriu importantes válvulas de escape para o campesinato ver-se livre da subjugação feudal. Num primeiro momento, o campesinato encontra na burguesia um aliado: esta lhe oferece proteção nas cidades, e o apóia na luta contra os senhores feudais.

Na Inglaterra, durante o período da acumulação primitiva do capital, conduziu à expulsão violenta e sumária dos camponeses das terras que ocupavam, ao cercamento dos campos, e à forma-



Endividados, os camponeses vendem as terras (na foto, um agiota indiano especializado na compra de terras)

ção de imensas massas de desempregados. Estas forneceram a matéria-prima humana para o funcionamento das grandes indústrias.

É nesse torvelinho que ocorrem as grandes guerras camponesas. Tomás Munzer na Alemanha, John Lilburn na Inglaterra, e Pugashov na Rússia são destacados líderes de revoltas (chamadas "jacqueries") que estremeçam o edifício feudal e, ao mesmo tempo, obrigam a burguesia a moderar seu processo de expropriação.

Expropriado em maior ou menor grau nos diversos países europeus, o campesinato emigra para o Novo Mundo, reproduz-se ali como camponês. Basta encontrar terras disponíveis e nada o fará trabalhar como assalariado. No Velho Mundo europeu multiplicam-se os arrendatários capitalistas, mas o campesinato consegue manter-se. Na França, em 1789, o camponês liberta-se de todas as travas feudais e volta a ser produtor livre. O novo camponês já não é o mesmo de antes: o capitalismo transforma-o. Toda essa liberdade, porém, ocorre numa nova esfera. O capitalismo subordina e explora, através de mil e um laços difusos, o camponês. E faz com que este, por meio do comércio, das relações financeiras, dos impostos, etc., contribua para a acumula-

## Agricultura ainda pesa mais que i

A média mundial é de um operário para cada dois agricultores, porém, nos países é de um agricultor para cada seis operários, e nos atrasados, é de seis agricultores para

Países do Mundo *	Área	População		Força	
	(milhões de km <sup>2</sup> )	Total em milhões	Rural	Agricultura (em milhões)	%
<b>Países capitalistas</b>					
— de baixa renda	26	1.400	79%	590	7%
— de renda média (Brasil)	33	920	49%	250	4%
— industrializados (EUA)	8	120	45%	15	4%
— exportadores de petróleo	31	670	23%	26	6%
	9	223	27%	3	2%
	6	60	42%	14	4%
<b>Países socialistas</b>	35	1.400	42%	450	4%
<b>TOTAL</b>	131	4.400	59%	1.330	4%

\* 125 de um total de 189 países



# obrevivência ria social

ção do capital.

Deve se especializar na produção de alimentos e matérias-primas agrícolas que deve vender nas cidades de modo a obter, também nas cidades, os alimentos e objetos que não mais produz.

Essa subordinação do camponês coloca-o outra vez sob ameaça da expropriação, embora sob novas formas. Cada vez mais ele é obrigado a recorrer ao crédito, a hipotecar suas terras e bens para continuar produzindo. Não tem poder algum sobre os preços do que produz e, menos ainda, sobre os preços dos objetos de trabalho e de consumo que precisa adquirir.

O recurso final é vender seus bens para pagar as dívidas e ir para as cidades, onde pretende transformar-se num pequeno comerciante ou num pequeno usuário. Mas a concorrência entre os capitalistas acaba, em geral, sugando-o na voracidade da proletarização.

Na América Latina o processo de acumulação primitiva do capital não permitiu, como nos Estados Unidos, que inicialmente surgisse uma grande massa de camponeses. Os "farmers" americanos se instalaram nas regiões de clima temperado, inaptas como as da Europa ao cultivo da cana e algodão; portanto, terras não cobertas pelas "plantations". Os minerais preciosos também se concentraram nas regiões tropicais da América, contribuindo para que o processo de colonização aí se desse de modo mais brutal e complexo. Comunidades indígenas foram totalmente escravizadas ou aniquiladas. A estrutura da propriedade sofreu influência de leis feudais trazidas de Portugal e Espanha, como as "Encomiendas" e as "Sesmarias". Os camponeses foram aos poucos se multiplicando, mas quase sempre subordinados aos grandes proprietários de terras, escravos e gado.

Esta estrutura produtiva dificultou o desenvolvimento do capitalismo, contribuindo para a manutenção de uma agricultura atrasada, agravada pela condição colonial e de dependência econômica desses países. As maiores vítimas de tal situação são os camponeses, a camada mais pobre da população latino-americana, africana e asiática.

## ais que indústria

Porém, nos países industrializados a proporção de agricultores para um operário

Força de trabalho			
Agricultura (milhões)	%	Indústria	Serviços
590	72%	11%	17%
250	45%	23%	32%
15	41%	22%	37%
26	6%	39%	55%
3	2%	33%	65%
14	42%	29%	29%
450	49%	31%	20%
1.330	48%	24%	28%

Fonte: Relatório do Banco Mundial, 1980



Camponeses na China: retificação do "igualitarismo absoluto"

## Os camponeses nos países socialistas

# 2-União de foice e martelo

Mário Pereira

Ao mesmo tempo que no México os camponeses rebelados entregavam o poder à burguesia, outro rincão do mundo assistia, pela primeira vez na história, à tomada do poder pelos operários em aliança com os camponeses: a Rússia. De lá para cá, em cerca de 19 países — com 34% da população mundial e 30% das terras — o campesinato conseguiu diferentes graus de acesso à terra e a extinção da classe dos latifundiários através de revoluções de libertação nacional, populares e socialistas.

A situação econômica dos trabalhadores rurais melhorou sensivelmente em todos os países socialistas. Mas o objetivo — pelo menos expresso — desses países vai além da democratização da propriedade da terra: visa alcançar uma sociedade sem exploradores e explorados, isto é, sem classes. Nas formas de tentar alcançá-la residem as dificuldades da união da foice com o martelo.

O capitalismo, em seus 4 séculos de existência, vem conhecendo diversas vias de desenvolvimento, comportando formas mais democráticas e mais autocráticas. Não é de se estranhar, pois, que o regime socialista, com meio século e pouco de história, apresente questões polêmicas, diferenças de país para país, sucessos e reveses. As revoluções ocorreram em países extremamente atrasados, onde o campesinato constituía a esmagadora maioria da população. Apenas na Alemanha e na Tchecoslováquia os camponeses eram minoritários em relação aos operários.

Nenhum país, nem os capitalistas nem os socialistas, conseguiu ainda fazer desaparecer totalmente a distinção entre camponeses e operários, integrados em uma categoria única de trabalhadores coletivos. O salto do trabalho individual para a cooperação complexa não é simples nem imediato. Em primeiro lugar, é preciso o trator, isto é, os insumos industrializados. Em segundo — e não menos importante — lugar, mesmo após a revolução, herdamos da sociedade anterior, além da agricultura atrasada, o camponês embrutecido por séculos de trabalho sob o tacão do grande proprietário.

Apesar do interesse que as experiên-

cias dos países socialistas despertam em todo o mundo, as informações sobre elas são insuficientes e muitas vezes contraditórias. Em seguida, alguns aspectos da situação camponesa no mundo socialista.

## URSS: do pioneirismo à burocracia

O primeiro país a realizar a reforma agrária no bojo de profundas transformações em toda a sociedade, e aquele em que a estrutura agrícola passou pelos mais diferentes processos.

Desde 1917 foram adotadas políticas sucessivas e por vezes contraditórias. Nacionalização e redistribuição das terras em parcelas individuais (época do comunismo de guerra e do NEP, sob Lênin); coletivização maciça em geral coercitiva, por meio de cooperativas, **kolkozes** e **sovkozes** (fazendas estatais), realizada a partir de 1927 sob a controvertida direção de Stálin.

O próprio Krushev, que assessorara Stálin na implantação das agrovilas cole-

tivas, quando assume a chefia do Estado em 1956, introduz novas modificações nas relações sociais e econômicas da agricultura: ocupação extensiva e altamente mecanizada da fronteira siberiana, a política de prêmios e incentivos materiais e o **laissez-faire** com relação às parcelas privadas, política geral que tem se mantido até os dias atuais.

Brezhnev centralizou ainda mais a direção da produção agrícola. As fazendas estatais costumam ultrapassar os 15 mil hectares. E o burocratismo aí se faz sentir. Diz-se que a cadeia de comando dos **sovkozes** é tão extensa que quando um tratorista é encarregado de algum trabalho já são dez horas da manhã.

Acrescente-se aos problemas administrativos, políticos e econômicos o clima adverso que castiga vastas regiões da União Soviética. Os Estados Unidos tiram partido e divulgam aos quatro ventos suas espetaculares vendas de cereais à URSS.

Apesar de tudo, grande avanço foi dado na industrialização da agricultura. Em 1917, cerca de 70 milhões de camponeses mujiques e kulaks produziam alimentos para 160 milhões de habitantes. Hoje, a proporção é de 27 milhões de trabalhadores na agricultura para 266 milhões de soviéticos.

## Leste Europeu: reformas incompletas

As repúblicas populares do Leste Europeu (Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e Albânia) foram criadas logo após o final da 2.ª Guerra Mundial. As vias que adotaram para a transformação da estrutura agrícola são semelhantes ao modelo soviético com suas evoluções, exceção feita à Polônia e Iugoslávia. Esta última, sob o nome de "autogestão", pôe em prática um sistema que abandonou o planejamento central da economia. A Iugoslávia, através da emigração, é o maior fornecedor de trabalhadores braçais para a Alemanha Ocidental. A Albânia constitui outra



URSS: afluência do clima difícil





# Questão camponesa: tão difícil como tomar o poder

exceção: continua seguindo o modelo coletivista da época de Stálin, com influência da revolução cultural chinesa.

A mudança de regime na Polônia beneficiou, num primeiro momento, as massas camponesas, com a destruição do latifúndio. Hoje a Polônia é a décima economia do mundo, graças à indústria, na qual se jogam todos os recursos, certamente em detrimento da agricultura. Os camponeses sempre resistiram à socialização, e até hoje as parcelas privadas ainda ocupam 85% das terras. A política de industrialização redundou em problemas familiares aos brasileiros: crescente dívida externa (US\$ 20 milhões), déficit de alimentos, greves e revoltas de operários, estudantes e intelectuais. E, com a decretação, desde 1973, de sucessivos pacotes agrícolas, mais uma classe, a dos camponeses — 1/4 dos trabalhadores do país —, veio se juntar aos opositores ativos do governo. Os camponeses recém-organizados no sindicato Solidariedade Rural reivindicam entre outras coisas, que o setor privado seja posto em igualdade com o estatal, principalmente quanto ao fornecimento de máquinas.

Os jovens foram atraídos pela indústria; 80% dos camponeses têm mais de 40 anos. Aqueles que tentam mecanizar sua produção esbarram com os altos preços dos equipamentos e dos subornos exigidos pelos funcionários do Estado. Outro fenômeno familiar: a corrupção. Quando indagado sobre o que acha do capitalismo, um camponês comentou: "Não conheço o capitalismo, mas o que detesto no socialismo é o divórcio entre os slogans e a realidade".

## Cuba: incentivos às cooperativas

"Tudo o que se refere a Cuba (como de resto aos demais países do bloco socialista) é sempre muito polêmico, mas nem sempre o mais empedernido reacionário nega que, do ponto de vista do bem-estar da população rural, a revolução cubana foi um sucesso". (Plínio de Arruda Sampaio)

O "modelo agrícola cubano" e também o "chinês" têm sido os principais exemplos para os países africanos recém-libertados do jugo colonial e a Nicarágua. Até a vitória da revolução, em 1959, 3 mil famílias cubanas e norte-americanas controlavam 70% das terras. A organização de cooperativas socialistas e fazendas estatais foi facilitada por 58% dos trabalhadores rurais já serem assalariados nas plantations capitalistas de cana, fumo, algodão. Hoje, apenas 21% das terras são cultivadas individualmente, em parcelas privadas. O governo incentiva a integração desses camponeses em cooperativas através da oferta de melhores habitações e serviços e do pagamento de uma renda pela terra incorporada à cooperativa. Por outro lado, o ministro da Agricultura, Carlos Rafael Rodrigues, afirma que "a produção camponesa não é incompatível com o socialismo". Para os cultivos mais exigentes de cuidados, como frutas e hortaliças, a pequena produção ainda tem se mostrado superior à grande empresa. "E isso nós estimulamos", disse o ministro ao sociólogo José de Souza Martins, que esteve visitando a "Ilha" em janeiro.



Polônia: Roman Krol, um delegado do Solidariedade Rural

A revolução chinesa foi a primeira ocorrida na Ásia (1949), vindo depois a coreana e a do Vietnã, Laos e Camboja.

## China: retificação do igualitarismo

No campo, adotou diversas formas de organização da produção até o surgimento das primeiras comunas em 1958. Antes delas houve, sucessivamente, os grupos de ajuda mútua e as cooperativas agrícolas de tipo inferior e superior, com gradativo aumento da socialização. O atual sistema chinês de propriedade corresponde a uma composição hierárquica em três níveis: comuna popular, brigada de produção e equipe de produção. Note-se que os trabalhadores rurais chineses já não se enquadram perfeitamente no conceito de camponeses. Atualmente, 70 a 80% de sua renda provém da economia coletiva; e o resto, das parcelas de usufruto familiar.

Os resultados do modelo chinês são de fato surpreendentes: em 30 anos os chineses conseguiram duplicar o valor de

sua produção agrícola, enquanto a população apenas duplicou.

Após a morte de Mao Tsetung, em 1976, e a queda do chamado "bando dos quatro", o Partido Comunista da China (PCC) introduziu modificações na política e na economia. No campo, a principal modificação adotada foi "permitir que alguns camponeses melhorem seu nível de vida antes de outros". Criticando "a linha ultra-esquerdista" do "bando dos quatro", o partido acha que antes se praticava um "igualitarismo absoluto", nivelando à força a renda dos camponeses. Assim, conforme o PCC, não se respeitava o princípio socialista de dar "a cada um segundo o seu trabalho", pois os que trabalhavam mais eram forçados a ganhar o mesmo que os outros.

Diante das mudanças, não é estranho que alguns camponeses fiquem atordoados, sem saber a que lado dar ouvidos. Neste sentido, a revista *Beijing* (ex-Pequim) *Informa* conta o caso de um velho camponês a quem propuseram plantar alho, após a queda do "bando dos quatro". Teria ele respondido: "Antes da 'revolução cultural' eu cultivava alho em minha parcela particular e com isso ganhava um pouco de dinheiro, que me

ajudava muito. Nunca pensei que seria tachado, durante a dita 'revolução', de representante da 'força espontânea do capitalismo'. Agora me propõem cultivar alho de novo. De modo nenhum: prefiro deixar minha horta vazia".

Os líderes do partido justificam a adoção da nova política mostrando que se os fisicamente mais aptos ou os mais interessados no trabalho melhoram seu nível de vida, acabarão servindo de exemplo para os outros. Além disso, com a diversificação das atividades produtivas, os mais fracos teriam chances de ganhar mais em outros serviços.

Alguns dos que criticam os chineses vêm na nova política o perigo da "degeneração capitalista", alegando que se privilegia a construção material em detrimento da luta ideológica e da educação socialista.

Segundo Mao Tsetung, o partido reflete as contradições de classe da sociedade. Desta forma, existiriam no PCC tendências de direita, de esquerda e de centro. Ele próprio chamou essas tendências de "ventos", dizendo que em cada período um deles soprava mais forte. Já houve tufões esquerdistas. Agora é o vendaval direitista. Espera-se pela brisa de centro.

As diferenças e divergências entre as políticas frente aos camponeses são um traço marcante em todos os países que passaram por revoluções. Na tentativa de conciliar a eficácia econômica das unidades produtivas com os interesses dos camponeses e do resto da população, as políticas têm oscilado entre duas posições extremas. De um lado, os que atribuem o papel mais importante às forças produtivas (desenvolvimento da base material da sociedade); de outro, os que vêem na luta de classes, na formação ideológica do "homem novo", o principal instrumento para atingir a sociedade de abundância e igualdade.

"Não importa a cor do gato: o importante é que ele mate ratos" (o chinês Deng Hsiao Bing); "É socialista toda empresa agrícola rentável, qualquer que seja sua forma" (o polonês Gierak) — são slogans mais próximos do primeiro ponto de vista. Já afirmações como "toda propriedade privada é uma sobrevivência capitalista" (dirigentes albaneses); "a pobreza é revolucionária e a prosperidade significa revisionismo" (líderes da revolução cultural) representariam a tendência situada no outro pólo.

Os exageros da primeira tendência conduzem à maior diferenciação dos camponeses entre ricos e pobres e um reforço da indústria em detrimento da agricultura. Os excessos da segunda concepção podem levar ao desprezo completo da construção econômica.

Para justificar as políticas extremas e intermediárias não faltam citações esparsas colhidas nos teóricos da revolução. Marx, Engels e Kautsky estudaram profundamente a questão agrária nos países capitalistas e a questão camponesa em particular. Mas não puderam participar dos processos pós-revolução, como Lênin e Mao. Ambos consideram a construção da nova sociedade um processo bem mais difícil do que a tomada do poder, devido principalmente ao atraso do campo. No entanto, aparece na maioria dos seus escritos a preocupação de que "a transição socialista das relações econômicas no campo deve ser obra dos próprios camponeses" (Lênin), e que "pode-se expropriar os exploradores, mas não os trabalhadores" (Mao).

## As formas de propriedade

Nos países socialistas ainda convivem diferentes formas de propriedades

Alguns países socialistas	Estrutura Agrária		
	Percentual de terra ocupada — 1968		
	Privadas	Cooperativas	Faz. estatais
Albânia	*	75	*
Alemanha (RDA)	7	85	8
Bulgária	1	90	9
China	7	—	93 (1)
Cuba	21	—	79 (2)
Hungria	6	80	14
Iugoslávia	85	15 (3)	—
Polônia	87	2	11
Romênia	26	60	14
Tchecoslováquia	13	67	20
URSS	3	50 (4)	47 (5)

Fonte: Les Reformes Agraires, — Jean Le Coz, Paris — 1974

(\*) Dados desconhecidos

- (1) Comunas populares e cooperativas de vários tipos
- (2) Inclui as terras estatais e de cooperativas
- (3) "Combinados agrícolas" (empresas autogeridas)
- (4) "Kolkhozes"
- (5) "Sovkhozes", complexos agroindustriais



# Melhoras e recaídas de mobilização no dia nacional de luta

Com greves e outras manifestações, os médicos de vários Estados realizaram a 18 de março um Dia Nacional do Protesto, instituído há cerca de um mês pela Federação Nacional dos Médicos. Houve greve nos Estados do Rio, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Paraíba e Mato Grosso, onde só foram atendidos os casos de urgência. Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros Estados foram feitas reuniões de discussão, paralisações parciais e outras formas de protesto. Os médicos pleiteiam, entre outras reivindicações, o piso de 10 salários mínimos, 142% de reajustes a partir de 1º de janeiro para os médicos do sistema previdenciário, e o direito ao reajuste semestral para os que trabalham em órgãos públicos.

No Rio, a paralisação envolveu cerca de 16 mil dos 30 mil profissionais sindicalizados. Na Bahia, 70% dos 6 mil médicos aderiram à greve, com adesão maciça na rede hospitalar privada. O movimento se estendeu inclusive às cidades do interior como Vitória da Conquista, Ilhéus, Feira de Santana e Jequié. No Paraná, aderiram mais de 80% no interior e 50% na capital. Na Paraíba, a greve ocorreu apenas nos setores de otorrino, fisiologia e radiologia, com a participação de cerca de 1.500 médicos. No Mato Grosso também não chegou a 2 mil o número de grevistas. Em Florianópolis, a adesão foi de 100%. O governo ameaçou despedir os médicos que participassem da greve. Mas recuou.

Em São Paulo, onde os representantes sindicais concluíram que não havia organização suficiente da categoria para realizar a greve, os médicos apenas se reuniram para discutir as suas reivindicações. No Rio Grande do Sul, os médicos forma-

ram grupos de debates, paralisando as atividades durante cerca de duas horas. A noite houve um ato público em Porto Alegre. Em Minas Gerais, onde já se realizara dois dias antes o "dia da advertência", também só foram feitas pequenas paralisações para discussão. Porém, quando cerca de 30 médicos de Belo Horizonte improvisaram uma passeata no curto trajeto entre a Faculdade de Medicina e a Santa Casa, uns 10 policiais, em duas rádios-patruilhas, impediram a manifestação. Os profissionais recolheram as faixas de protesto, gritando ironicamente "viva a abertura".

A questão do mercado de trabalho dos médicos brasileiros é complicada. O país conta 110 mil médicos, 60 mil dos quais concentrados no Rio e em São Paulo. Do total, 40 mil estão subempregados, trabalhando em até cinco lugares diferentes para sobreviver. Uma assembleia nacional da categoria, marcada para o dia 27, decidirá após um balanço da situação, uma paralisação geral e prolongada, caso as reivindicações não sejam atendidas.

O governo informou no final da semana passada que está disposto a negociar apenas quatro das nove reivindicações dos médicos: adicional de 10% para os que trabalham quatro horas num só emprego; gratificação por insalubridade e periculosidade nos termos da CLT; gratificação de 30% a 60% do salário como estímulo aos que se transferirem para o interior; e ampliação dos níveis dos profissionais em fim de carreira. Três dos nove pontos o governo não aceita nem discutir: 13.º salário; reajuste semestral dos salários; e fixação de dez salários mínimos.

## JORNALISTAS/SP

### Confirmada a vitória de Emir

Com a vitória definitiva em segundo escrutínio da Chapa 2, encabeçada por Emir Nogueira, encerrou-se na quinta-feira passada o processo eleitoral no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. O resultado era esperado, pois Emir já havia vencido no primeiro escrutínio por boa diferença (quase 400 votos) e a chapa adversária, a Chapa 1, encabeçada por Rui Falcão, havia reconhecido a vitória de Emir e decidido não lutar no segundo escrutínio.

Uma nova eleição tornou-se necessária porque no primeiro escrutínio a Chapa 2 não conseguiu obter a votação mínima de 50% mais um do colégio eleitoral exigida pela legislação eleitoral para que o resultado fosse homologado — ela teve 1621 votos contra 1226 dados à Chapa 1. Com a desistência da chapa de Rui Falcão, a luta no segundo escrutínio ficou praticamente limitada à obtenção do quórum mínimo de 1.894 votantes (uma outra exigência da legislação sindical).

Mas como o manifesto de desistência da Chapa 1 não trazia uma convocação clara aos apoiadores da Chapa 1 para comparecerem ao sindicato pelo menos para dar quórum temeu-se por um boicote a segunda fase das eleições — o que, por sua vez, obrigaria a um terceiro escrutínio, em um processo que poderia levar até mesmo à intervenção pelo Ministério do Trabalho.

Rui Falcão negou o boicote, mas reconheceu que certos simpatizantes de sua chapa poderiam ter desestimulado alguns eleitores a comparecerem às eleições. De qualquer forma, o quórum foi atingido. Votaram 2.228 jornalistas: a Chapa 2 teve 1.710 votos e outros 518 eleitores (praticamente o pessoal que compareceu às eleições apenas para votar) dividiram-se entre votos dados a Chapa 1 (apesar da desistência), brancos e nulos.

A Chapa 2 foi eleita por uma composição de um setor de esquerda com liberais, democratas e a direita da categoria. A chapa 1, por sua vez, foi uma composição mais ampla de esquerda com setores liberais e democráticos. Diferentemente da maioria das últimas eleições sindicais no país, os jornais alternativos de tendência não divergiram muito no apoio às chapas dos jornalistas. Todos eles apoiaram, de um modo ou de outro, a Chapa 1, a perdedora, à exceção do jornal **Voz da Unidade**, que ostensivamente apoiou a chapa de Emir Nogueira.

A Chapa 2 ganhou grande parte dos votos do centro da categoria com uma eficiente campanha que vinculava a chapa adversária com a atual diretoria e esta com o fracasso da greve que os jornalistas fizeram em 1979. Com isso, obteve muitos votos nas assessorias de imprensa de empresas e instituições e entre os aposentados, setores, por diversos motivos, mais afastados da entidade. A Chapa 1, por sua vez, parece ter obtido a maioria dos votos na maior parte das grandes redações e entre os militantes sindicais mais assíduos e combativos. Isso tem preocupado os vencedores, pois parece ser necessário agora estabelecer alguma forma de compromisso ou convivência com os perdedores para que as atividades sindicais sejam levadas a frente com sucesso. (Antonio Carlos Ferreira)

Manifeste sua solidariedade ao povo argentino. Participe do ato de repúdio aos cinco anos de genocídio e a posse do general Viola. Dia 27 de março, às 20 horas, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, no Estado de São Paulo, rua Rego Freitas, 530 — sobrelota.

## Conquistas e derrotas na Cosipa

A Assembleia da Campanha Salarial dos Metalúrgicos da Cosipa, realizada na semana retrasada, foi uma reunião difícil, aceitando o acordo com os patrões por uma margem estreita de 617 votos a favor contra 564 que queriam ir à greve. A diretoria do Sindicato fez uma avaliação negativa do acordo, considerando que "a categoria não está satisfeita" com ele, embora tenha garantido "todas as conquistas dos últimos anos". A Cosipa manteve a mais absoluta intransigência quanto às seguintes reivindicações:

- reajuste trimestral dos salários;
- garantia de adicional médio de insalubridade para os que trabalham na área da usina;
- estabilidade no emprego;
- delegado sindical;
- redução da jornada de trabalho para 40 horas;
- estabelecimento de comissão paritária.

— gratuidade no atendimento médico e dentário;

— férias em dobro. Embora tenha obtido um índice de produtividade de 13,65% em 1980, a empresa impôs neste ano um aumento a título de produtividade de absurdamente pequeno de 3,87% aos trabalhadores. Entre as vitórias parciais dos trabalhadores estão: o piso salarial de Cr\$ 20.834,00; nenhum trabalhador poderá ficar à disposição da empresa sob nenhuma desculpa; quem dobrar 24 horas terá a jornada seguinte livre; as chamadas de emergência serão pagas com quatro horas extras de acréscimo; melhores condições de trabalho nas empreiteiras; criação de comissão para a construção de casas para os trabalhadores; quem estuda poderá ter bolsa de estudo. Os metalúrgicos ainda esperam conseguir saídas antecipadas e o direitos dos que se afastam do trabalho por motivo de saúde receberem o adicional de turno. Os aposentados poderão ter assistência médica e dentária subsidiada pela empresa.

## Vitória de Passarinho no sindicato

Por mais três anos, as asas do coronel Jarbas Passarinho, do PDS, vão dar cobertura à diretoria da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará. Nas eleições de 27 de fevereiro, em que pela primeira vez concorreu uma chapa de oposição, venceu a chapa situacionista, tendo à frente o jarbista Alberone Lobato, reeleito. Além de manobras tentando impedir o registro da chapa de oposição, Alberone promoveu, às vésperas das eleições, um providencial seminário para os

sindicalistas, boa parte dos quais iria votar. O seminário teve o patrocínio do Incri e a presença de outros órgãos do governo. Os participantes foram brindados com passagens aéreas e hospedagem paga. A oposição previa a derrota, pelo grande número de sindicatos pelegos do Estado. Só não previa a enorme diferença: pensou obter entre 12 a 23 dos 54 votos e só obteve 7. O saído positivo da disputa foi o início de uma intensa articulação entre os sindicatos mais combativos. (Luiz Macklouf Carvalho, de Belém — PA)

## Os aliados do pelego Severino

Qualquer que tenha sido o resultado, divulgado à noite de sexta-feira, as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em Belém, foram as mais movimentadas dos últimos anos. Representante de uma categoria numerosa (calcula-se 40 mil), o sindicato (com 1.600 associados) passou despercebido todos esses anos, dirigido desde 1969 pelo atual presidente, Severino do Espírito Santo Costa, candidato à reeleição pela Chapa 1. O interesse pelo Sindicato ressurgiu com a formação da Chapa 2, de oposição. No início, praticamente todas

as correntes da oposição criticavam asperamente Severino, considerado pelego. Depois, sem explicação, militantes ligados ao jornal **Hora do Povo** resolveram apoiar a Chapa 1. Um candidato da Chapa 2, Edilson Araújo dos Santos, sofreu um atentado a bomba. Dias depois, foi ameaçado de morte por Jair Holanda da Chapa 1. Além do **Hora do Povo**, Severino teve o apoio de Carlos Levy, do Sindicato dos Bancários, acusado pelas outras correntes de oposição de ser pelego e policial. A oposição foi apoiada por militantes do PT. (Luiz Macklouf Carvalho, de Belém — PA)

## Governador não cumpre promessas

O cel. Jorge Teixeira de Oliveira, logo após assumir o governo de Rondônia, garantiu que a polícia não mais interferiria em conflitos fundiários. Mas foram apenas promessas; 165 lavradores de Colorado d'Oeste, município de Vilhena, encaminharam ao Ministério da Agricultura um abaixo-assinado denunciando que a PM ajudou o fazendeiro Agapito Lemos a expulsar 500 chefes de família de uma área de 50 hectares (!). Os lavradores não rea-

gram, a exemplo dos inúmeros despejos arbitrários ocorridos no território nos últimos dois anos (em alguns, até metralhadoras foram utilizadas por fazendeiros, entre os quais o capitão de Exército Antônio Domingos Sanson). A PM recolheu das famílias facas, facões e espingardas, e demoliu as casas. Alguns dos lavradores voltaram, mas estão ameaçados de morte por jagunços acampados na área. (Montezuma Cruz, de Porto Velho — RO)

## Autores reivindicam direitos

Os autores brasileiros lançaram na semana passada uma nota, assinada por mais de 30 entidades, protestando contra o abuso das emissoras que, apesar de seus lucros, não pagam os direitos de reprodução devidamente. Os autores querem receber na forma de direitos autorais 3,5% da renda bruta dos organismos de difusão — e estes não querem pagar, embora essa tabela tenha sido homologada pelo CNDA (Conselho Nacional de Direitos Autorais). Um trecho da carta enviada pelos autores ao ministro da Educação diz que nos outros países o pagamento de direitos atinge 80% da arrecadação das

emissoras de rádio e tevê, mas no Brasil esse número não ultrapassa a casa dos 12% do montante arrecadado. Na Inglaterra, a tevê paga dessa forma 7% de sua receita, mas a maior emissora brasileira paga apenas Cr\$ 200 mil: 0,0175% da receita. Na Argentina, uma emissora de Buenos Aires contribui mensalmente com US\$ 50 mil de direitos conexos; a maior emissora brasileira, somente aos autores, apenas dois mil dólares. No Brasil mesmo, diz a carta, as emissoras do MEC e da Radiobrás pagam 1% de sua receita em direitos; mas "as emissoras privadas se recusam a cumprir a lei".

## Goianos preparam a Conclat estadual

Vinte e uma entidades de trabalhadores de Goiás — entre sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos urbanos e associações profissionais — convocaram, na semana passada, a I Conclat (Conferência das Classes Trabalhadoras), que será realizada, a nível estadual, dias 9 e 10 de maio. Nesse encontro, serão discutidos quatro temas: liberdade e autonomia sindical, condições de vida e de trabalho, posse e uso da terra/reforma agrária e organização estadual e nacional dos trabalhadores. As conclusões serão levadas à Conclat nacional, que será feita ainda este ano.

Os goianos elegeram uma comissão executiva da I Conclat-GO, formada por cinco companheiros, tendo à frente o lavrador Nelson de Assis, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás. E ainda uma comissão organizadora, composta por 15 membros, que vai preparar mais intensamente a grande conferência. Presença destacada em ambas as comissões estão tendo os representantes do Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás, que reúne presidentes de alguns sindicatos e chapas de oposição as diretorias de outros. (Antonio Carlos Moura)



# 64: o fracasso das esquerdas

Com o seu erro peculiar - da subserviência à burguesia ao radicalismo inconseqüente -, cada corrente de esquerda contribuiu para a maior derrota dos trabalhadores na moderna história do Brasil.

Jacob Gorender\*

Na pior das hipóteses, a derrota era **provável**. Em qualquer caso, não era **inevitável**. Sobretudo, não era inevitável que fosse tão rápida, arrasadora e demoralizante, com efeitos depressivos tão prolongados sobre os movimentos operário e camponês e, em geral, sobre o movimento antiimperialista e democrático.

Antes de abordar o comportamento de agrupamentos e lideranças políticas com relação ao golpe militar de 64, cabe realçar que, no subsolo da sociedade brasileira, se processavam deslocamentos conducentes a um impasse no desenvolvimento do capitalismo. Este impasse deveria ser rompido por um lado ou por outro: ou com as "reformas de base", propugnadas pelas correntes de esquerda e nacionalistas, ou com as reformas do tipo "modernização conservadora", afinal aplicadas pelo governo Castelo Branco.

As contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro se exacerbaram de modo especial em 1963, quando, pela primeira vez em 30 anos, o Produto Industrial declinou e, pela primeira vez em dez anos, o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa inferior à do incremento demográfico. O ciclo econômico desembocava numa crise de gestação endógena, bastando ver que ia em sentido contrário ao vigoroso ascenso da economia nos países capitalistas avançados.

Acima de tais deslocamentos no substrato social, e impulsionados por eles, as classes e camadas sociais aguçavam seus conflitos e se aproximavam de um confronto geral. Vinte anos de regime constitucional liberal, apesar das restrições e interrupções, haviam possibilitado o maior fortalecimento já visto do movimento operário; o surgimento, pela primeira vez, de um movimento camponês organizado, que colocava na ordem do dia a questão da reforma agrária; o adensamento e a diversificação das esquerdas, incluindo a formação de uma esquerda católica; o crescimento do movimento nacionalista como forma da frente antiimperialista.

Com a subida de João Goulart à presidência da República, a cúpula governamental passara às mãos do setor da burguesia politicamente mais comprometido com as massas trabalhadoras e, por isso mesmo, mais suscetível à pressão de suas reivindicações. Contudo, o grosso da burguesia brasileira, já então a classe dominante principal, e os latifundiários não encaravam com tranquilidade semelhante evolução, nem, muito menos, a perspectiva factível de que se definisse por uma via favorável aos trabalhadores.

Cada vez mais precário, o regime constitucional inaugurado em 1946 já evidenciava sua inviabilidade para comportar as medidas que, pela esquerda ou pela direita, se tornavam imperativas. Era incontornável uma batalha decisiva para a definição dos rumos do próximo período. Só ingênuos podem supor a sério que se conseguiria preservar o quadro institucional pré-64 e acumular forças indefinidamente dentro dele.

O golpe militar de março de 1964 constituiu o desenlace de um processo de contradições econômicas e políticas de origem interna. Explicá-lo como resultado de uma conspiração da CIA representa simplificação grosseira. É óbvio, porém — tal a superabundância de provas já reunidas —, que as agências do governo norte-americano intervieram na fase preparatória do golpe e procuraram assegurar-lhe respaldo material depois de sua eclosão (com a chamada Operação **Brother Sam**).

Esse respaldo teria sido de grande importância no caso de guerra civil demorada — como era expectativa dos conspiradores da direita —, mas acabou dispensável e os militares triunfantes se vangloriaram, em seguida, de que o Ocidente capitalista obtivera, no Brasil, uma das suas maiores vitórias a um custo baixíssimo.

## Desgaste de Goulart e reação conservadora das Forças Armadas

A reeleitura do que se escreveu nas publicações de esquerda, antes do golpe de 1964 (inclusive do que eu próprio escrevi), evidenciou uma avaliação demasiado favorável acerca das possibilidades das forças populares. Em contrapartida, era pouco realista nossa avaliação do potencial dos adversários.

Penso, sob tal aspecto, que dois pontos precisam ser ressaltados. O primeiro: no final de 1963, quando Goulart se decidiu pela guinada à esquerda, não se considerou o tremendo desgaste já sofrido pelo seu governo, sem que modificações profundas fossem nele introduzidas para torná-lo menos vulnerável. Em segundo lugar, não se atribuiu a significação correta à **Questão Militar**. Emprega-se essa expressão como referência a uma das causas da derrocada da Monarquia, no século passado. Também, para a derrocada da Terceira República, operou uma questão militar.

Por sua coesão institucional essencialmente **conservadora e antidemocrática**,

as Forças Armadas tinham de reagir com a violência às ameaças à sua estabilidade hierárquica e ideológica. Ameaças advindas da formação de uma ala, pequena porém influente, de oficiais nacionalistas e, sobretudo, do surgimento de um movimento explosivo de sargentos e marinheiros, que se expandia para as Forças Públicas estaduais. As precipitações infantis desse movimento — em particular, o levante armado dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963, e a insubordinação dos marinheiros, no Rio, no final de março de 1964 — só fizeram enrijecer a reação conservadora da instituição militar.

Nos limites deste artigo, pretendo demonstrar que cada corrente política da frente antiimperialista e democrática teve um enfoque peculiar da correlação de forças e das perspectivas da situação. Em conseqüência, cada uma delas contribuiu com seu erro peculiar para o desenlace funesto. Vejamos o comportamento de três correntes significativas pela influência nacional: as que se agruparam em torno de Brizola, de Julião e do PCB.

## Brizola: do radicalismo burguês à capitulação na hora da verdade

Até então um trabalhista convencional (eleito inclusive com o voto dos integralistas), Leonel Brizola, já no início do seu mandato de governador, em 1959, desapropriou a subsidiária gaúcha da American Foreign Power Company (AMFORP). O aspecto especialmente afrontoso da desapropriação residiu na indenização nula, o que fugia da norma habitual de pagar às concessionárias estrangeiras uma fortuna por um equipamento obsoleto e já amortizado.

Em princípios de 1962, a desapropriação da subsidiária da ITT sediada em Porto Alegre provocaria a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos da chamada Emenda Hickenlooper, que proíbe empréstimos ou qualquer tipo de

ajuda a governos expropriadores de firmas norte-americanas sem indenização considerada justa.

Com sua atuação corajosa na crise da sucessão presidencial decorrente, em agosto de 1961, da renúncia de Jânio Quadros, o governador gaúcho ganhou projeção nacional espetacular.

O governo de Brizola ainda se assinalou pela criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e pela desapropriação de algumas fazendas, impulsionando de cima a campanha a favor da reforma agrária, nos limites permitidos pela Constituição Federal.

Apesar do seu reformismo burguês mais avançado e, por isso mesmo, rejeitado pela maioria da classe burguesa, Brizola continuava enquadrado no PTB. Nas eleições governamentais de outubro de 1962, apoiou a candidatura do banqueiro Egydio Michaelson — um trabalhista reacionário e impopular — e amargou a vitória do oponente pedessista Ildo Meneghetti, um dos esteios do golpe militar de 1964. Esta derrota grave no seu próprio Estado ficou momentaneamente ofuscada pela eleição de Brizola a deputado federal pela Guanabara com 269 mil votos.

Em 1963 e princípios de 1964, o líder gaúcho intensificou, em escala nacional, a propaganda da luta contra a espoliação imperialista e a favor da reforma agrária. Neste particular, seu mérito é inegável.

Ao mesmo tempo, assumiu o objetivo pessoal de conquista da presidência da República. Como havia um dispositivo constitucional impeditivo de semelhante ambição, pisou no acelerador da campanha por uma Assembléia Constituinte. A par da ambição pessoal imediatista e da radicalização a que esta o induzia, seu estilo caudilhesco de liderança exerceu efeitos negativos sobre a unidade das forças populares.

Embora seus atritos com o presidente Goulart se agravassem, Brizola continuava unido a ele pelos laços do PTB, inserido, por conseguinte, no esquema de forças convencionais. Só tardiamente, em outubro de 1963, lançou a iniciativa de organização dos Grupos dos Onze, os quais, segundo seu mais recente depoimento, chegaram a 24 mil. Porém o que fizeram na hora da verdade, ninguém sabe, ninguém viu.

No momento do golpe militar, Brizola encontrava-se em Porto Alegre. No referido depoimento (ao **Coojornal**, nº 62, fevereiro de 1981), afirmou que sua presença no Rio de Janeiro talvez tivesse impedido o golpe. Dispensou-me de contestar, do ponto de vista teórico, essa visão egocêntrica da história. Basta perguntar: **que faria o atual líder do PDT no Rio que não pudesse ter feito em Porto Alegre?** Meneghetti havia fugido para Passo Fundo e, com o apoio da população sublevada e de várias guarnições militares, teria sido possível instalar um governo alternativo na capital do Estado. Mas Brizola se comportou como os generais, almirantes e brigadeiros nacionalistas, que não agiram porque precisavam legitimar-se como uma ordem de Goulart (nenhum deles teve a audácia do ge-



Jango



Brizola

(\* Jacob Gorender era do Comitê Central do PCB na época do golpe de 1964.)



# «Em 1964 houve desmoronamento, desmantelamento, descalabro»

neral adversário Olympio Mourão Filho). A inação equivaleu a capitulação, a rendição sem luta.

## Julião: esvaziamento da liderança e omissão no momento da crise

A irrupção de Francisco Julião no movimento camponês de Pernambuco a partir de 1955, com projeção nacional logo em seguida, representou um fato novo na história da luta pela reforma agrária. Com seu conhecimento rico e sutil do modo de vida, dos hábitos e da psicologia dos camponeses, introduziu inovações preciosas nos processos de conscientização e organização da massa rural. Numa fase em que a sindicalização dos trabalhadores do campo ainda se defrontava com obstáculos oficiais difíceis de superar, as ligas camponesas se revelaram uma alternativa viável de organização. Embora só chegassem a ter difusão considerável em Pernambuco e na Paraíba, instalaram-se em número apreciável nos demais Estados do Nordeste e mesmo de outras regiões do País.

Ao menos até o seu Decálogo das Ligas Camponesas de setembro de 1961, a concepção de Julião da tática do movimento camponês não pode ser considerada desajustada das possibilidades reais. Ao contrário, cabe caracterizá-la como bastante realista e adequada ao objetivo da reforma agrária.

As visitas a Cuba mudaram a cabeça de Julião, empolgando-o com a imitação de um imaginário modelo da revolução na Ilha do Caribe. Modelo foquista e imitação que a liderança cubana difundiu e incentivou nos anos 60, com desastrosas conseqüências para as lutas revolucionárias em vários países da América Latina.

O líder pernambucano passou a pregar a reforma agrária "na lei ou na marra, com flores ou com sangue" e proclamou serem os camponeses a força motriz iniciadora da revolução socialista. Com uma retórica inflamada, lançou, em Ouro Preto, o Movimento Revolucionário Tiradentes e adeptos seus compraram algumas fazendas, onde pretendiam realizar um treinamento de guerrilha. Em meados de 1963, o treinamento foi interceptado pelo Exército e de tudo isso não resultou senão uma provocação, explorada pelas forças reacionárias.

A extremação das posições de Julião e dos seus seguidores exerceu influência negativa na disposição de forças no meio rural. A pregação prematura da coletivização agrícola assustou os pequenos e



Prestes e Giocondo

médios proprietários e os deslocou para o lado dos latifundiários.

Ao mesmo tempo, o movimento das Ligas Camponesas sofreu esvaziamento rápido diante do ascenso da sindicalização rural em 1962 e 1963, impulsionada principalmente pelos comunistas e pela Igreja Católica. Na Zona da Mata nordestina, o processo em curso de proletarianização dos foreiros e condiceiros minou a base social das ligas e tornou os sindicatos mais atraentes aos trabalhadores dos canaviais.

No final de 1963, a liderança de Julião — que se elegera deputado federal com uma dispendiosa campanha publicitária — encontrava-se em descenso acentuado.

O líder das Ligas Camponesas omitiu-se inteiramente na crise política de agosto de 1961 e ao eclodir o levante golpista de 31 de março de 1964. À guisa de justificativa, alega que Gregório Bezerra tampouco conseguiu mobilizar camponeses para a resistência armada (Coojornal, ed. cit.). Acontece que Gregório se dirigiu de Palmares ao Recife em busca de armas e, não as conseguindo, regressou à zona rural e se manteve junto aos trabalhadores até ser preso e submetido a iníquas torturas. Julião correu do Recife para Brasília e se abrigou na Câmara dos Deputados, que não costumava frequentar, dela se retirando sob a proteção do líder udenista Aduino Lúcio Cardoso. Nada de parecido com o herói da ficção de Antonio Callado.

## PDB: reformismo burguês e apoio ao golpismo continuísta de Goulart

A atuação do PCB se pautava pela linha política nascida da Declaração Política de Março de 1958 e desdobrada pela Resolução Política do V Congresso, em 1960. Foi, então, necessário superar o imobilismo dogmático — defendido por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar — porém aquela linha política o fez numa direção falsa, na qual se salientam duas fantasias: a do potencial revolucionário da burguesia nacional e a do caminho pacífico da revolução brasileira. O resultado era uma orientação geral de tipo não-revolucionário, mas nacional-reformista.

Particpei ativamente na elaboração dos referidos documentos, inclusive na sua redação final, e o reconhecimento público deste erro grave, pessoal e intransferível, constitui elementar dever autocrítico.

Não obstante, nos anos que vão de 1960 a 1964, acentuou-se na Comissão



Nair Benedicto/Agência F4

Executiva e no Comitê Central do PCB a divergência em torno da interpretação e da aplicação da linha política oficial. Já durante o governo Goulart, a divergência centralizou-se na questão da política conciliadora que nosso aliado trabalhista levava à prática.

A reboque da política conciliadora do governo, Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias — àquela época, sempre afinados — lideravam a grande maioria do CC do PCB. Por uma atitude de independência com relação ao governo, posicionavam-se na Comissão Executiva Mário Alves, Carlos Marighella e Jover Telles, com apoio de poucos outros membros do CC, entre os quais me situava.

Embora algumas resoluções oficiais de órgãos dirigentes recomendassem a luta específica contra os aspectos conciliadores da política de Goulart, tal recomendação quase não saía do papel, bloqueada praticamente pelo controle que Prestes e Dias exerciam sobre a atividade política a nível superior e sobre os aparelhos nacionais de organização e de propaganda do PCB. Deslocado para uma posição secundária, apesar do prestígio e da capacidade de ação, Marighella se empenhou, sobretudo, em manter os contatos com as correntes de esquerda. Mário Alves desenvolveu incansável e brilhante iniciativa como teórico e publicista. Foi marcante, em especial, sua contribuição no combate conseqüente ao Plano Trienal, do que nos encarregamos quase sozinhos na direção do PCB.

Esta nossa oposição à conciliação burguesa — por mais que conduzisse, e com acerto, a desconfiar de Goulart — mantinha-se nos limites da linha política oficial e, mesmo que o quiséssemos, não teria forças para desviar o PCB por um rumo supostamente "esquerdista". Esta oposição era, no entanto, indispensável no combate não somente ao Plano Trienal, como a outras atitudes do governo Goulart de capitulação diante do imperialismo norte-americano e da reação interna.

Atitudes entre as quais se destacaram as negociações para a compra da AMFORP nos termos lesivos impostos pelo governo Kennedy; a tentativa de concessão à ESSO da exclusividade do fornecimento à Petrobrás de petróleo importado; a recusa de sancionar a lei de limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro, a qual, aprovada pelo Congresso em agosto de 1962, só foi regulamentada pela presidência da República em janeiro de 1964; a aprovação do bloqueio de Cuba, por ocasião da chamada crise dos foguetes; e, finalmen-

te, a iniciativa de decretação do estado de sítio, em outubro de 1963.

Frustrado o estado de sítio pelo vigoroso protesto nacional, Goulart optou pela alternativa à esquerda, mas o fez com o objetivo de continuação no poder, o que pretendia conseguir na crista de um movimento de massas. Para este fim, seria útil contar com o PCB.

Por intermédio de San Tiago Dantas e também pessoalmente, não lhe foi difícil atrair Prestes e Dias e comprometê-los no seu plano golpista, acenando-lhes com a legalização do PCB. Mas, enquanto aprofundava e multiplicava as divisões no campo das forças populares, o continuísmo de Goulart estimulava a união dos seus adversários.

A 3 de janeiro de 1964, em extensa entrevista à TV-Tupi de São Paulo, Prestes sugeriu a reforma da Constituição no sentido de permitir o segundo mandato presidencial de Goulart, ao qual, ademais, considerou qualificado para assumir a chefia da revolução brasileira.

Como após o comício de 13 de março se avolumassem os indícios da conspiração direitista, Prestes enfatizou, numa palestra pronunciada na ABI do Rio, na noite de 27 de março, que Goulart se tornara o porta-bandeira da revolução brasileira e que **não havia condições para um golpe reacionário**. Se este ocorresse, "... os golpistas teriam suas cabeças cortadas" (sic). À noite de 29, no Estádio do Pacaembu, festejando em São Paulo o aniversário do PCB, o secretário-geral reiterou, **perante milhares de pessoas**, sua avaliação superotimista exposta na ABI.

Na manhã de 31 de março, já informados sobre a rebelião em Minas, os membros do CC, que se encontravam no Rio, reuniram-se às pressas. Prestes comunicou-lhes que tentara sem êxito uma ligação com Goulart e a única resolução importante tomada pelo perplexo coletivo foi a de insistir nessa ligação (depoimento de Apolônio de Carvalho).

Ao entardecer, informado de que o Comando Geral dos Trabalhadores aprovava uma resolução de greve para o dia seguinte, Prestes telefonou a um dos seus membros a fim de recomendar a retirada da resolução, sob o argumento de que o governo federal dispunha de forças militares suficientes para liquidar o levante. Tanta passividade era "dose pra cavalo" e a decisão de greve geral foi mantida, embora só cumprida — com erros táticos — na Guanabara.

Enquanto isso, em São Paulo, os militantes comunistas, que procuravam as direções, recebiam a orientação de se manterem calmos e inativos, na expectativa do pronunciamento do general Kruehl, comandante do II Exército, que ia acabar com o golpe. À noite, Kruehl tornava público seu apoio ao movimento pela derrubada do governo legal.

Na mesma noite de 31 de março, segundo Prestes (Coojornal, ed. cit.), a direção do PCB teria tomado a decisão de "recuar em ordem". Desconheço qualquer registro, sequer alusivo, de semelhante decisão. Mas, ainda que não se trate de invenção cosmética para esconder as feiuras da história, ao invés de recuar em ordem, houve **desmoronamento, desmantelamento, descalabro, salve-se quem-puder**.

O golpismo, que Giocondo Dias hoje tanto exorciza, não expressou, em 1964, uma tendência blanquista, própria de pequenos grupos isolados das massas. O golpismo do PCB em 1964 decorreu da subserviência ao aliado burguês e se manifestou nas transas em que Prestes e o próprio Dias se envolveram com o saudoso João Goulart.



Julião



**TELEVISÃO**

# O final infeliz da novela da distribuição dos novos canais de TV

Quase ao mesmo tempo em que chegava ao fim a novela "Coração Alado", da Rede Globo, terminara também, na última quinta-feira, a novela da entrega pelo governo federal das duas novas redes de televisão aos grupos Silvio Santos e Bloch. Como nos intrincados enredos de Janete Clair, somente no último capítulo os assassínios foram desvendados e os amores consumados: a Rádio Capital — um novo e suspeito grupo empresarial paulista na área das comunicações e do ensino superior, muito ligado a Paulo Maluf — acabou não recebendo nenhum canal. Dias antes, ainda corria em Brasília a informação de que a Capital se comporia com Silvio Santos e Bloch para dividir as redes, formadas por sete canais do espólio da Rede Tupi e mais dois outros que estavam desativados.

Os grandes perdedores no episódio são os grupos Abril e Jornal do Brasil, tidos como francos favoritos no páreo logo após o anúncio da concorrência, aberta pelo governo em meados do ano passado. Mas, depois de inúmeras composições políticas que movimentaram todos os poderosos ocupantes do Palácio do Planalto — segundo informantes bem situados na capital federal, eles teriam se dividido no patrocínio de uns e outros grupos — parece ter prevalecido o critério de que essa partilha serviria melhor aos interesses eleitorais do governo, em 82.

Não que os grupos Abril e Jornal do Brasil pensem em batalhar pelas cores da oposição nas próximas



eleições. Longe disso. O raciocínio do governo é um pouco mais complexo, embora o nível não seja dos mais altos. Com a entrega dos canais aos grupos Silvio Santos e Bloch, o governo alinha do seu lado, com mais força ainda, o poderosíssimo grupo Globo — a maior audiência na televisão e um dos maiores no campo das comunicações em geral (veja quadro).

O grupo Globo decididamente

lutou pela exclusão da Abril da concorrência, pois somente ela poderia abalar a sua segura posição atual. A Abril declarava-se disposta a lutar não pelo segundo lugar entre as redes de televisão, mas sim pelo primeiro, entrando em choque direto com a Rede Globo. Para isso, a Abril se propunha a investir até um bilhão de cruzeiros por ano (em valores do final do ano passado) na rede que viesse a ganhar.

Por outro lado, a solução Silvio Santos/Bloch, além de pequenas rusgas de curta duração, não afetará o apoio da Abril e do Jornal do Brasil aos pontos-de-vista do governo, pois são dois grandes grupos econômicos que, nas condições peculiares do capitalismo brasileiro, não sobrevivem sem relações íntimas com o Planalto. E há sempre prêmios de consolação. O Jornal do Brasil, por exemplo, acaba de receber, juntamente com o grupo O Estado de S. Paulo, um enorme e generoso financiamento do governo para a implantação de uma grande fábrica de papel de imprensa.

Ou seja, sabendo que nas suas transações não corria o risco de perder o apoio de qualquer dos grandes grupos na área das comunicações, o governo resolveu não criar qualquer dificuldade para o mais forte no ramo da televisão — o grupo Globo — e, ao mesmo tempo, engrossar o número de órgãos a serviço de seus interesses, através do fortalecimento de empresas médias do setor: o grupo Silvio Santos, o grupo Record (associado a Silvio Santos e com quem poderá dividir alguns dos canais recebidos) e ainda o grupo Capital, que, mesmo após o anúncio da solução governamental não descartava a possibilidade de uma composição com os ganhadores da concorrência. (Antonio Carlos Ferreira)

## Nem Abril nem Silvio Santos

Os líderes do movimento dos radialistas da extinta Tupi de São Paulo não gostaram da decisão do governo de dar as redes de televisão aos grupos Silvio Santos e Bloch. A diretoria do sindicato dos radialistas de São Paulo torcia para que a rede fosse entregue a um grande grupo, como a Abril, pois achava que com isso o mercado de trabalho seria fortalecido e seus empregos garantidos.

Essa é uma tese duvidosa, no entanto. E sabido que a oligopolização em qualquer ramo empresarial leva, a médio e longo prazo, a uma contração do mercado de trabalho. Se em um primeiro momento os grandes investimentos que a Abril estaria disposta a fazer na televisão iriam aumentar o mercado de trabalho, no futuro o processo se inverteria.

O Globo, pertencente a um grande grupo oligopolista, tenha despedido na semana passada 48 jornalistas de sua redação carioca — ação que foi muito facilitada por ser feita por um poderoso grupo econômico.

Os trabalhadores mais conscientes não lutam contra o progresso tecnológico e têm reconhecido que esse desenvolvimento leva, no capitalismo moderno, à criação inevitável

de grandes complexos empresariais. Nem por isso, em casos como este, os trabalhadores devem deixar de registrar e lutar por suas posições próprias, a favor do progresso, mas sob um controle da economia e das empresas diferente do atual.

Não foi o que fizeram as principais lideranças dos radialistas da Tupi, que nos últimos tempos vinham centrando sua atenção em soluções que ficavam a reboque dos interesses dos empresários em luta pelas redes, jogando o peso político da categoria ora no apoio a um patrão, ora no apoio a outro. Alguns dos líderes chegaram a fazer, errônea e ingenuamente, gestões de compromisso com o Sr. Etevaldo Alves da Silva (dono da Capital e um dos concorrentes às redes) pensando com isso assegurar os empregos dos radialistas da Tupi.

E certo que a solução dada pelo governo não interessa aos trabalhadores em televisão, mas igualmente é certo que uma maior oligopolização dos meios de comunicação também não interessa aos radialistas, artistas e jornalistas. A liderança dos radialistas não soube fazer essa diferenciação e isso certamente trará prejuízos à justa luta que os empregados da Tupi vêm travando há meses. (A.C.F.)

## FMI vê menos greve

O número de greves no Brasil em 1980 decresceu em relação a 1979. Pelo menos essa é a conclusão a que chegou o governo em um relatório sobre o assunto que foi enviado ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os técnicos do Fundo, que estiveram aqui em janeiro e fevereiro vasculhando a contabilidade do país, teriam levado um relatório preparado pelo ministério do Trabalho dizendo que depois da adoção da nova política salarial, em novembro de 1979, o número de greves decresceu de 400 em 79 para 100 em 80. Apesar dessa informação ter circulado nos meios oficiais de Brasília, na semana passada o ministério do Trabalho disse não possuir um levantamento

completo das greves ocorridas nos dois anos, pois se limitou a anotar os movimentos das principais categorias. Segundo esses dados divulgados pelo O Estado de S. Paulo, o número de greves em 79 foi de 73, caindo para 63 em 1980. Nesse levantamento, a única categoria que aumentou sensivelmente o número de movimentações foi a dos trabalhadores na construção civil, que de sete greves em 79 teriam passado para 21 em 80. Outros destaques: os metalúrgicos teriam feito 30 greves em 79 e 12 em 80; os professores da rede oficial — outra categoria que tem tradição de utilizar a arma de greve — teriam passado de nove greves em 79 para apenas três em 80.

## BC vê menos capitais

Apesar de todas as facilidades oferecidas pelo governo ao capital estrangeiro, os investimentos de capitalistas americanos, europeus e japoneses no Brasil decresceram em 1980 em relação a 1979. A informação é do próprio Banco Central e foi divulgada no seu relatório anual. Os investimentos estrangeiros no Brasil foram de US\$ 1.512 bilhão em 80, apresentando uma queda de 10% em relação ao ano anterior. Os maiores investidores continuam

sendo os Estados Unidos, com uma participação de 28,0%, seguidos pela Alemanha Ocidental, com 15,0%, Suíça, com 10,1% e Japão, com 9,9%. A maior inversão de capital estrangeiro é na indústria de transformação, com 74,4% do volume de investimentos (principalmente no setor químico, de material de transporte, mecânico, metalurgia e material eletrônico, elétrico e de comunicações).

## O "arrocho" alemão

Pela primeira vez nos últimos anos os sindicatos alemães estão encontrando grandes dificuldades para negociar reajustes salariais acima da inflação com seus patrões. Os poderosos sindicatos da Alemanha Ocidental agregados na DGB (uma confederação nacional), estão reivindicando reajustes em torno de 7% e 8% para o próximo ano, mas os patrões estão oferecendo no máximo 2,5 a 3% para os próximos 13 meses. A alegação patronal para o pequeno reajuste são as dificuldades econômicas que o país está passando — as piores desde o fim da guerra mundial. Para evitar que seus salários sejam depreciados, os assalariados alemães já iniciaram as tra-

ditionais "greves de advertência", com paradas de uma hora ou um dia nas fábricas. Os sindicatos alegam que nem mesmo um aumento de 7% pode recuperar o poder de compra de um ano atrás. Para sua mobilização, os trabalhadores contam com instrumentos de luta que se distanciam muito dos parcos recursos econômicos e financeiros dos sindicatos brasileiros. Segundo informações do jornal *Gazeta Mercantil*, a DGB, por exemplo, detém o controle do quarto banco comercial da Alemanha Ocidental, é dona de uma indústria de construção que leva o nome de "Pátria Nova" e controla a quarta rede de supermercados do país.

## Os lucros da Belgo

A siderúrgica Belgo-Mineira, instalada na cidade de João Monlevade (MG), conseguiu aumentar seus lucros no ano passado em 201% em relação a 79 — de Cr\$ 479 milhões, os lucros subiram para Cr\$ 1,49 bilhão. O bom desempenho chama a atenção não só por ter a empresa conseguido um resultado que supera a inflação no período, mas principalmente porque agora a Belgo-Mineira não pode mais esconder de seus empregados que vem conseguindo aumentar bastante a produtividade do trabalho em suas usinas. No final de outubro passado, um desentendimento entre a empresa e o sindicato dos metalúrgicos sobre a situação econômica da siderúrgica e o índice de produtividade que deveria ser agregado ao reajuste salarial provocou uma decisão inédita na Justiça do Trabalho: o juiz autorizou uma perícia contábil destinada a verificar a produtividade da Belgo-Mineira. A decisão do juiz foi tomada após os 4.400 trabalhadores da unidade de João Monlevade entrarem em greve. Depois de muita discussão e mobilização, os trabalhadores conseguiram, além do reajuste do INPC, aumento entre Cr\$ 2.200,00 e Cr\$ 3.000,00 fixos para as diversas faixas salariais a título de produtividade e Cr\$ 10.200,00 de piso salarial.

## OLP no FMI?

O Fundo Monetário Internacional e a Arábia Saudita estão próximos de assinar o acordo no qual essa rica nação árabe exportadora de petróleo irá emprestar ao FMI aproximadamente US\$ 4 bilhões por ano nos próximos dois anos, com possibilidade de o acordo ser estendido para um terceiro ano. Em troca do dinheiro, a Arábia Saudita deverá aumentar sen-

sivelmente o seu poder de voto na entidade. Ela pretende se tornar a sexta nação mais poderosa dentro do FMI (logo após os EUA, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França e Japão). Com seu poder reforçado, a Arábia Saudita espera poder obter a entrada no FMI da Organização para a Libertação da Palestina como observadora.

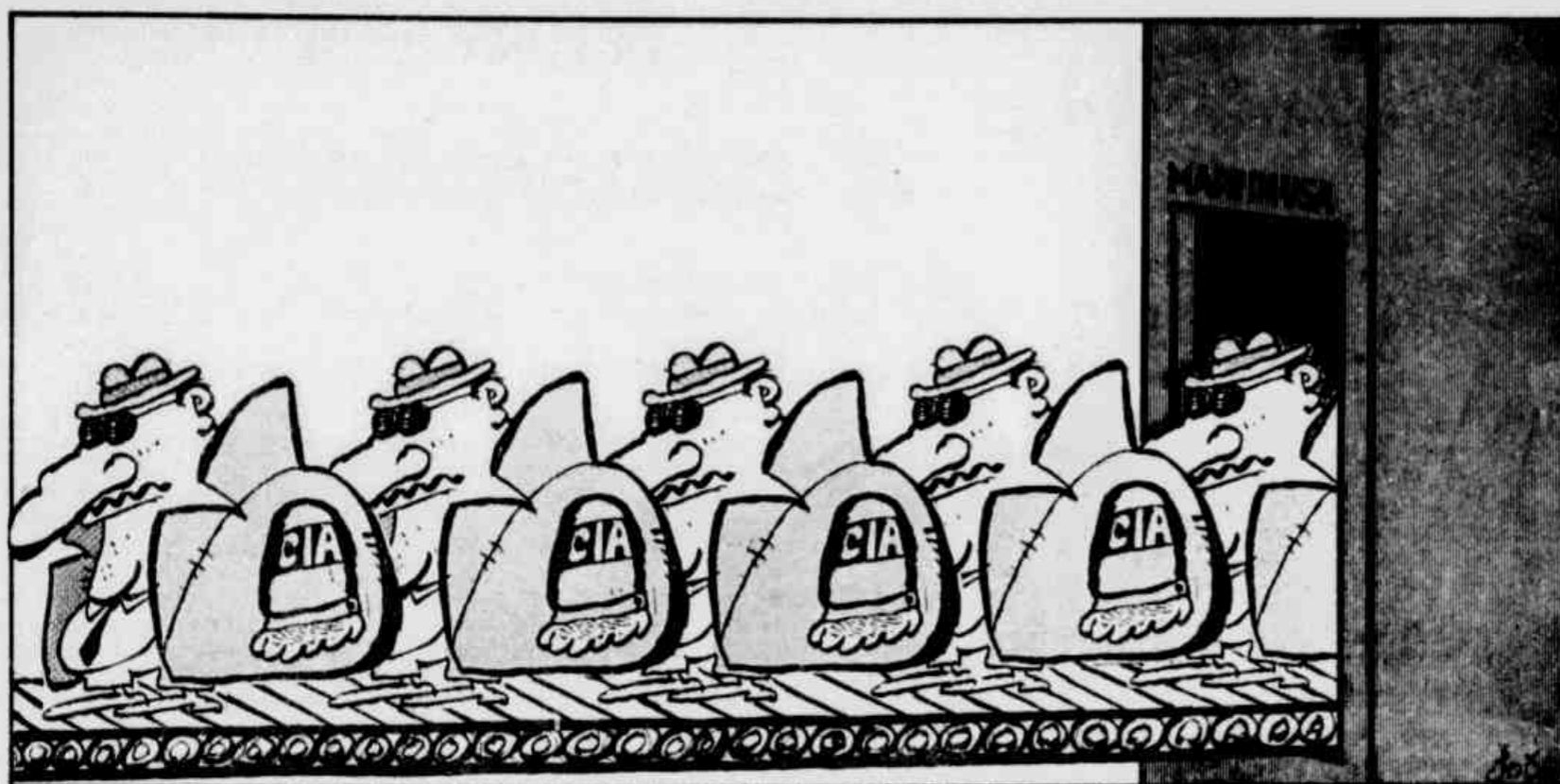
## As seis irmãs das comunicações

Poucas empresas controlam os jornais, o rádio e a televisão.

Grupo	Receita operacional bruta em 79 (em Cr\$ milhões)
<b>Abril*</b>	9.544
Abril Cultural	5.981
Editora Abril	3.033
Clube do Livro	530
<b>Globo*</b>	8.116
TV Globo de SP	3.822
O Globo	2.168
O Estado de S. Paulo	2.126
Jornal do Brasil	2.424
Bloch	1.856
Folhas	1.733
	1.604

(\*) A simples soma das receitas de diferentes empresas de um mesmo grupo econômico não resulta na real receita do grupo como um todo; há muitas distorções por causa do faturamento interno de uma empresa do grupo para outra do mesmo grupo. A soma foi feita apenas para dar uma noção do poder do grupo.





## ESTADOS UNIDOS Com Ronald Reagan CIA volta a ter poderes absolutos

A Agência Central de Inteligência (CIA), principal serviço de espionagem dos EUA, poderá voltar a ter os poderes que lhe foram tirados pelo Congresso e o ex-presidente Gerald Ford após o escândalo de Watergate. Segundo informações "filtradas" agora nos EUA, um grupo de especialistas de diversos organismos de espionagem está preparando um plano de reorganização para a Agência que substituiria a ordem executiva assinada em janeiro de 78 pelo ex-presidente Carter — e que constitui hoje o corpo legal determinando as suas atividades.

Os especialistas da nova administração Ronald Reagan argumentam que depois destas decisões a CIA ficou privada dos poderes necessários para a sua ação. Assim pretendem restituir-lhe o direito de supervisionar, nos EUA e no exterior, a atividade de americanos suspeitos de atividades que põem em perigo a segurança nacional. Esta "vigilância" implica o direito de usar "os meios técnicos adequados". Isto é: bisbilhotar os recintos privados e se infiltrar nas organizações suspeitas. A nova regulamentação privará o ministro da Justiça de seu papel de árbitro nas questões litigiosas, deixando-lhe apenas o direito de decidir posteriormente se a CIA operou segundo os métodos permitidos — além do direito de outorgar essa função eventualmente "ao chefe de uma organização de espionagem". Finalmente, não será mais necessário obter a autorização do presidente em certas operações.

O decreto de Carter restringia os poderes da CIA e das outras agências de informação. Sobretudo, exigia que respeitasse ao máximo os "conceitos geralmente admitidos sobre a vida privada e os direitos civis". A não ser com decisão prévia do presidente ou do ministro da Justiça, não era permitida nenhuma invasão de domicílio sem mandado. Nenhum aparelho de vigilância eletrônica era permitido dentro dos EUA. E só se permitia a coleta de informações sobre uma pessoa se esta fosse "razoavelmente suspeita" de trabalhar para uma potência estrangeira, de pertencer a uma organização terrorista internacional, ou de realizar tráfico de drogas. A expressão "razoavelmente suspeita" foi suprimida do novo projeto.

A revelação desse projeto — que recebeu destaque da imprensa — causou inquietação nos meios liberais. Tanto mais que a atmosfera reinante após a posse da nova administração ajuda a dar credibilidade às informações "filtradas" (1).

Durante uma recente conferência de imprensa organizada pelo Instituto de Estudos sobre o Terrorismo, da Universidade de Nova Iorque, esteve presente o antigo diretor-adjunto da CIA, Ray Cline, hoje diretor-adjunto do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown. Ele explicou diante de um auditório de jornalistas céticos que se po-

dia "encontrar a mão de Moscou em todas as ações terroristas registradas no mundo". Como um jornalista italiano lembrou-lhe que o caso da Brigadas Vermelhas estava longe de ser tão simples, Cline mudou seu tom para algumas amenidades sobre "os meios de comunicação tradicionalmente infiltrados pelos extremistas de esquerda". E acrescentou: "os EUA se deixaram ultrapassar no campo militar da espionagem pelas forças da União Soviética. Não temos tempo a perder".

Os primeiros freios interpostos à CIA partiram de uma comissão presidida pelo vice-presidente de Gerald Ford, Nelson Rockefeller, em 1976. Seu trabalho começou depois que se reuniram diversas provas sobre as atividades de "vigilância" mais ou menos ilegais realizadas pela agência contra numerosos cidadãos americanos no mundo inteiro. Uma destas atividades se tornou famosa sob o nome de "operação caos", que permitiu à CIA produzir um dossiê de 13 mil pessoas — contendo um índice de 300 mil nomes — na esperança inútil de provar que os ativistas contra a guerra do Vietnã e os militantes pelos direitos civis eram na realidade agentes de potências estrangeiras.

A comissão Rockefeller, que contava inclusive com a presença do então governador da Califórnia, Ronald Reagan, concluiu que: "o presidente não deve incitar a CIA a realizar tarefas concernentes à segurança interna. A CIA deve resistir a todas as tentativas — seja qual for a sua origem — destinadas a engajá-la nestas atividades" (tradicionalmente a segurança interna cabe ao FBI — Secretaria Federal de Investigações).

A lembrança de Watergate ainda está muito fresca na memória dos jovens americanos. Mas a da "caça às bruxas" do senador McCarthy também não morreu totalmente na memória de seus pais. O *New York Times*, que dia a dia parece menos inclinado a continuar sua "lua de mel" com a nova administração, se inquietou: "o projeto de espionar (nossos cidadãos) se torna um apelo puro e simples para que o governo ignore as leis... Esta proposta nos lembra dos tempos, não muito distantes, em que a CIA abria tranquilamente a correspondência de cidadãos inocentes, procedia a invasões ilegais e se infiltrava nas organizações políticas. Quando o presidente pôs fim a estes abusos, isso não prejudicou em nada a segurança do país". E acrescenta: "em nome da simples decência, o presidente (de hoje) devia mandar abandonar este projeto".

(1) O próprio vice-diretor da CIA, almirante Bobby Inman, se diz contrário a esta "série de mudanças repugnantes", qualificadas por ele como "um perigo potencial". Inman diz que o diretor William Casey da CIA também não aprovaria o projeto de Reagan (*Nicole Berheim, Le Monde*)

## Uma ficção realista sobre a CIA

"Eu perguntei a mim mesmo o que aconteceria a um agente, que sente como eu, que nós precisamos de uma CIA mas não precisamos dos assassinatos e das operações cobertas que foram tão criticadas, se ele descobrisse um terrível segredo sobre a agência?"

Este foi o passo inicial para que David Wise (foto), o conhecido autor de "O Governo Invisível", deixasse de denunciar as atividades da CIA e iniciasse, desta vez, um romance... sobre a CIA. Ele então passou a colecionar (ou a relembrar) tudo o que sabe sobre a agência de espionagem americana, produzindo afinal seu primeiro livro de ficção, "Spectrum": uma novela à moda de James Bond em que um audacioso chefe de operações da agência descobre que ela se tornou uma superpotência nuclear.

Seus cinco livros anteriores sobre a agência de espionagem americana obtiveram grande sucesso de bilheteria — e pelo menos um caso de *best-seller*: justamente "O Governo Invisível", de 1964. Os outros quatro, também como esse, escrito em parceria com Thomas Ross, são: "The U-2 Affair" (O caso do U-2, avião de espionagem americano abatido sobre a URSS), "The Espionage Establishment (O estabelecimento da espionagem)", "The Politics of Lying" (A política da mentira) e "The American Police State" (O Estado policial americano).

Nesta novela agora Wise conta como a CIA se torna uma grande potência nuclear roubando urânio. Com todos os outros "fatos" do livro, ele diz se basear em acontecimentos reais. Quase todos os truques à la James Bond do livro são literalmente verdade", diz ele, referindo-se a um fuzil M-16 equipado com pontaria automática, dirigida por raio laser. A CIA realmente utiliza esse equipamento, diz ele, assim como uma pistola que lança um dardo envenenado: "ela atira uma flechinha e eles realmente dão-lhe o nome de "bioinoculador não-discernível". A CIA adora nomes como este".

O episódio do roubo de urânio foi tirado de um desaparecimento deste metal em 65 e do qual ninguém mais ouviu falar. Através de um depoimento secreto de que ele soube indiretamente, em 68, a agência teria concluído que o urânio tinha ido parar nas mãos dos israelenses. O então diretor da CIA, Richard Helms, informou o presidente Lyndon Johnson que manteve segredo até entre os mais altos cargos da administração, como o secretário de Estado Dean Rusk. A CIA teria armas nucleares hoje? "Eu não sei", diz Wise.

Apesar de suas denúncias, Wise diz que o atual diretor da CIA, William Casey, gosta de seus livros, segundo o informou pessoalmente. Mas ele diz que após vinte anos de cobertura da CIA, é preciso ser cauteloso. Em 64 tentaram até roubar seus manuscritos.



## Colômbia caça o M-19



M-19 está derrotado, afirma o governo colombiano. O movimento guerrilheiro admite o duro golpe mas promete continuar a luta. Para enfrentar a verdadeira guerra civil desencadeada no país pelo M-19 e outro grupo, a

FARC o presidente Ayala empregou 10 mil homens, aviões e helicópteros, principalmente no cerco ao departamento de Putumayo. Ai teriam sido mortos 19 guerrilheiros entre eles a famosa negociadora durante o seqüestro dos embaixadores no ano passado, Carmenza Londoño (foto). Entre os 75 presos, além de lideranças menores, estariam dois dos quatro principais dirigentes do Movimento 19 de Abril: um terceiro estaria morto e o quarto forçado. Um dos líderes presos disse que a derrota atingiu apenas a coluna Narino, restando ainda as de Putumayo, Meta, Chocó, Huila, Risaralda e outras — "intactas e em reorganização".

## Os aliados de Reagan

O presidente Ronald Reagan propôs ao Congresso americano revogar a proibição de os EUA venderem armas a Argentina, a despeito das violações dos direitos humanos neste país e mesmo sabendo que Buenos Aires não desistirá de vender cereais à URSS. Quase ao mesmo tempo, o secretário-geral do exército argentino anunciou que seu país também enviaria assessores militares a El Salvador como fazem hoje os EUA.

Essa troca de favores, anunciada após a visita a Washington iniciada na semana passada pelo general Viola, presidente designado da Argentina (a primeira de um dirigente sul-americano), mostra a preferência de Reagan quanto a aliados.

Em contraste, Reagan agora está sendo acusado pelo líder social-democrata espanhol, Felipe Gonzalez, de simpatizar com os militares golpistas espanhóis. Para ele, Reagan abandonou os democratas de seu país porque, no dia do golpe (fracassado afinal), o secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, não condenou a tentativa, preferindo dizer que se tratava de assunto interno espanhol. Diz ainda que os EUA encorajaram os golpistas por terem apoiado anteriormente movimento semelhante na Turquia — e confirmou a notícia de que Washington, num encontro com os militares, lhes "eria prometido neutralidade em caso de sua vitória".

## Cambojanos vão votar

Os cambojanos se preparam para ir às urnas dentro de algumas semanas, quando deverão eleger os comitês populares nas comunas, e também os membros da nova Assembléia Legislativa. Na semana passada, o governo de Heng Samrin publicou um projeto de Constituição — "claramente inspirado no modelo vietnamita", segundo o *Le Monde* — e que deverá ser adotado pela nova assembléia. Apesar do pouco tempo, o governo pretende que a Carta seja discutida por toda a população, que segundo Samrin, já a recebeu com entusiasmo. A Frente de União Nacional pela Salvação do Kampuchea (FUNSK), partido único, terá a "direção de toda a obra revolucionária", segundo a nova Carta. A economia nacional ficará sob a direção do Estado, que também detém o monopólio do comércio externo". Porém a propriedade familiar será autorizada.

## Recessão na Europa

A tensão política e entre os trabalhadores vem crescendo nas últimas semanas na Europa com o início dos primeiros cortes feitos pelos governos desde a II Guerra, nos programas de assistência social. As medidas, que atingem mesmo os países social-democratas mais avançados como a Alemanha Ocidental, estão sendo tomadas com base no mesmo argumento usado pelo presidente Reagan dos EUA: a necessidade de cortar os gastos estatais, devido à recessão. Há sete milhões de desempregados na Europa (cerca de 7% da força de trabalho). Eles poderão, além do emprego, perder também uma de suas conquistas: o auxílio de desemprego.

## Tortura em livro

O livro "Confissões de um Ex-Torturador" contém a história de Hugo Garcia Rivas, ex-oficial uruguaio cujos depoimentos serviram de esclarecimento importante do seqüestro, em território brasileiro, dos uruguaiois Universindo Diaz e Lilian Celiberti — que ele ajudou a torturar. De autoria de J. Victor, o livro foi lançado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Editora Semente no último dia 20.



## TEATRO

# "Onde estás": um "teatro guerrilheiro"

Em cartaz no Rio uma peça sobre o Araguaia

Já sabemos que os guerrilheiros do Araguaia serão, num futuro que espero breve, reconhecidos como verdadeiros defensores do povo brasileiro na década de 70. Foi assim com Lampião, Antonio Conselheiro, Tiradentes, Jesus, eu e você.

Foi no ano de 1971, no dia em que eu estreava a minha primeira peça de teatro, que minha irmã, vestida de simples, me deu um último pensar e partiu e nunca mais voltou. Nesse dia eu desisti da minha vida de pis-

cinas e comecei a perguntar, com o teatro, onde estás, verdade humana? Foram dez anos de desaparecida e dez anos de busca. Hoje, "Onde Estás?" não é mais uma busca, é o encontro de um pensamento só.

Com esta peça — do grupo Abracadabra — eu proponho o final, o Apocalipse geral. Proponho também um novo tipo de teatro, o teatro guerrilheiro. Não o teatro armado, é claro, mas um novo tipo de comportamento, com a destruição total do ego, do comportamento superficial do artista contemporâneo.

A peça retrata a vida de um homem só. No último dia de sua vida, poucas horas antes de sua execução, de um grito só. Esse homem faz um levantamento e põe em discussão quase dois mil anos de História, focalizando especialmente os últimos dez anos de história do Brasil e do universo.

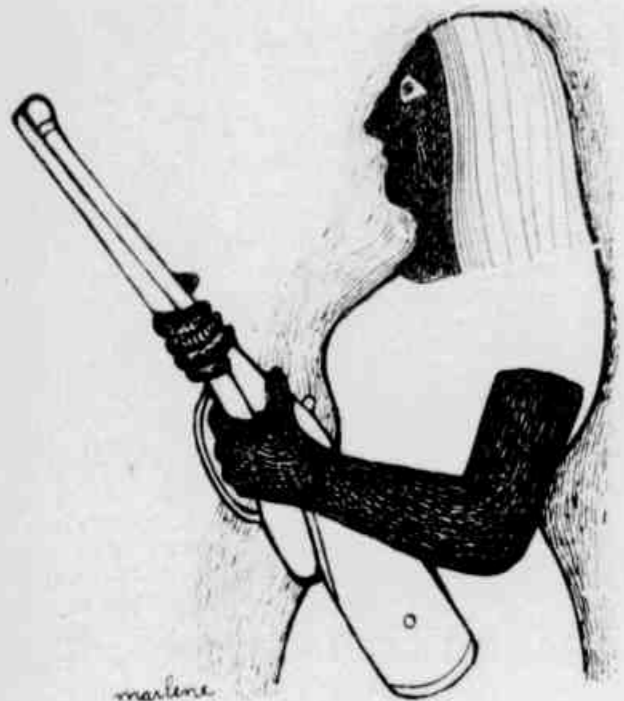
A busca de um homem pela sua liberdade, projetada no seu amor passado, Janaina (Jana Moroni Barroso).

Foram meu pai e minha mãe que ensinaram aos seus filhos que o sacrifício de nos dar a vida tem que ser compensado com o nosso sacrifício de lutar por uma vida melhor para nossos filhos. Foi minha mãe que mostrou a garra de lutar por um ideal, apesar de quatro atentados já sofridos por ela, porque gritava e grita: "Onde estás, minha filha?"

A peça nada mais é que meu dever de brasileiro, de filho e irmão.

**Breno Moroni**

(Autore intérprete da peça "Onde Estás", que será apresentada no Parque Lage, no Rio, nos dias 28 e 29 deste mês. Breno é irmão de Jane Moroni, desaparecida no Araguaia. A peça é patrocinada pelo CBA/RJ)



## TRIBUNA LIVRE

# A oposição e as eleições estaduais

## A oposição tem chances de vencer

**Emiliano José, presidente do Diretório Zonal do PMDB no bairro de Brotas, em Salvador, afirma, no artigo que publicamos abaixo, que um dos passos mais importantes que a oposição pode dar no momento, rumo à convocação de uma Assembleia Constituinte, é a ocupação dos governos estaduais, a partir das eleições de 1982. Para Emiliano, que também é jornalista e colaborador de Movimento, as chances de vitória são grandes se a oposição se unir, sem perder de vista que "o objetivo imediato fundamental é impor uma derrota ao PDS, à ditadura".**

Houve tempo no país, e bem recente, em que amplos setores da oposição, sobretudo aqueles mais identificados à esquerda, pretendiam ver no processo eleitoral apenas uma manobra burguesa, com o qual não se devia fazer coro e do qual não se deveria participar. O parlamento era visto apenas como um cenário de luta da burguesia, com o qual os setores explorados nada tinham a ver. Essa versão parece enterrada pelas lições da luta de classes no Brasil, sobretudo a partir de 1974, quando a esmagadora maioria da população, saindo de um governo tão autoritário como o de Médici, encontrou no extinto MDB o mecanismo natural de sua insatisfação e impôs uma derrota ao governo.

Mas ainda há muitos setores da oposição que torcem o nariz diante do processo eleitoral, temendo ser "envolvidos" por ele, atropelados pelos liberais.

E há muitos que ainda temem levantar a voz e defender a necessidade de aprofundar a luta pelas mais amplas liberdades democráticas, como se isso fosse, ainda, embarcar na canoa da burguesia. Ainda não se compreendeu, na devida medida, a importância de conquistar espaços democráticos, nos mais variados níveis, desde os sindicatos até o parlamento, passando por executivos estaduais.

Os argumentos que levam a um afastamento da disputa eleitoral, ou pelo menos a uma participação acanhada, giram sempre em torno do caráter burguês do parlamento ou do caráter burguês do Estado. Não é preciso recorrer a nenhum dos clássicos para demonstrar o primarismo das conclusões que se tiram dessas obviedades. Não será "por fora" dos sindicatos que levaremos adiante a luta pelo término da estrutura sindical corporativista do país. Não será alheios ao parlamento que conseguiremos utilizar as potencialidades de luta oferecidas por ele. E não será distante da luta pela disputa dos governos estaduais que se afirmará quaisquer propostas oposicionistas ao nível tático.

Muito se tem dito sobre as eleições de 1982. Inclusive que elas poderão não se realizar. Afinal, sempre existem nuvens negras no horizonte. Mais do que isso, há os projetos do Planalto visando, no mínimo, diminuir o impacto de uma derrota fragorosa e, no máximo, provocar uma reviravolta em alguns estados importantes. É preciso lutar contra isso e, ao mesmo tempo, não se pode deixar de ter uma política para as eleições de 82.

O processo de eleição de governadores constitui algo inédito para praticamente uma geração. Todo o povo será novamente eletrizado por campanhas eleitorais, muito mais do que em simples eleições para prefeituras ou para o Senado. Será a compreensão de que haverá uma ampla participação das massas populares nesse processo e a possibilidade para o crescimento da oposição que deverão orientar a presença desinibida dos oposicionistas nas campanhas para os governos estaduais.

Nessa caminhada rumo aos governos estaduais, caberá à oposição que se considera mais conseqüente a compreensão de que ainda estamos sob uma ditadura e que o passo mais decisivo da oposição no sentido da ampliação e consolidação de conquistas democráticas é a convocação de uma Assembleia Constituinte, livre, democrática e soberana. Sem nenhuma dúvida, um dos passos importantes nesse sentido será a ocupação de executivos, mesmo que, em alguns estados, os novos governantes venham a necessitar da pres-

são das bases populares para cumprir o programa.

Se nada disso existisse, bastaria o elemental raciocínio de que cabe à oposição somar tudo que puder no sentido de derrotar o PDS, impor uma derrota ao governo em todo o país. Mas, além disso, as massas populares, independente dos passos seguintes, serão beneficiadas com a existência de governos democráticos, mesmo que limitados por um poder central discricionário. A oposição que se pretende popular dentro dos diversos partidos terá de compreender, de um lado, a limitação dos novos governos e, de outro, a real possibilidade de levar à frente a consecução de algumas bandeiras democráticas, sobretudo na reorientação dos investimentos do Estado.

A existência de novos partidos na cena política, nascidos menos da dinâmica real de movimentação das classes populares e mais de uma arbitrária modificação imposta pela ditadura, colocou novos problemas para a atuação da oposição, especialmente o da necessidade de saberem, resguardando seus objetivos próprios, atuar unidos contra o governo. E a grande prova será a eleição para os governos estaduais. Ninguém pode se assustar com o fato de que, no momento, todos os partidos tenham seus próprios candidatos. O que poderá preocupar é a manutenção dessa postura.

Grave ainda é a posição daqueles que, admitindo que o PDS é muito forte no seu Estado, decidem, por isso, manter a todo custo e indefinidamente o seu próprio candidato, mesmo tendo convicção de que outro partido tem mais chances. É a perigosa tese da "autoreferência", que, no frígido dos ovos, só beneficiará o PDS, acabando por se constituir numa atitude derrotista diante do governo, pois aceita de antemão a vitória governista, recolhendo-se à frágil postura de "marcar posição". Não compreende a importância de investir, pra valer, numa vitória oposicionista, que, na maioria dos estados, é possível. Mesmo na Bahia, onde essa posição costuma aparecer, as chances de vitória da oposição são reais se todos compreenderem a necessidade de atuarem unificados, desde o PT até o PP, passando pelo PDT e, evidentemente, pelo PMDB, que é o partido mais forte.

É hora de passar da simples fraseologia sobre a necessidade de aprofundar a existência da democracia e de acumular forças em direção ao socialismo para o terreno da prática política. Acreditar que avançaremos distantes das massas é uma ilusão que a experiência dos anos recentes acabou de destruir. Agora, temos de nos envolver com uma política de massas a mais aberta possível, onde a participação nas eleições para os próximos governos ocupa papel essencial.

Aprofundar a capacidade de mobilização e organização do povo. Contribuir para o avanço de sua consciência quanto às questões políticas, econômicas e sociais que envolvem o país. Participar com as classes populares da luta pela abertura de novos espaços democráticos. Fazer avançar a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que não seja fruto apenas das elites. Essas são algumas metas que devemos perseguir no trabalho eleitoral, sem perder de vista o objetivo imediato fundamental, que é o de impor uma derrota ao PDS, ao partido do governo, à ditadura. Se os partidos não colocarem na ordem do dia essa meta — derrotar o governo — e adotarem a política de "venha a nós, tudo; ao vosso reino, nada" é certo que nem se fortalecerão e nem contribuirão para a derrota do atual regime. Como diz o professor Waldir Pires, uma das melhores opções democráticas para o governo da Bahia, é necessário que todos se preocupem em desenvolver a "pedagogia da frente", que se entenda amplamente a importância de somar o máximo de forças para conquistar e consolidar espaços democráticos, que permitam aos trabalhadores colocarem na ordem do dia a possibilidade de eles próprios guiarem os destinos do país.

**Emiliano José**

## Re na RELações EDUCACIONAIS E DO TRABALHO

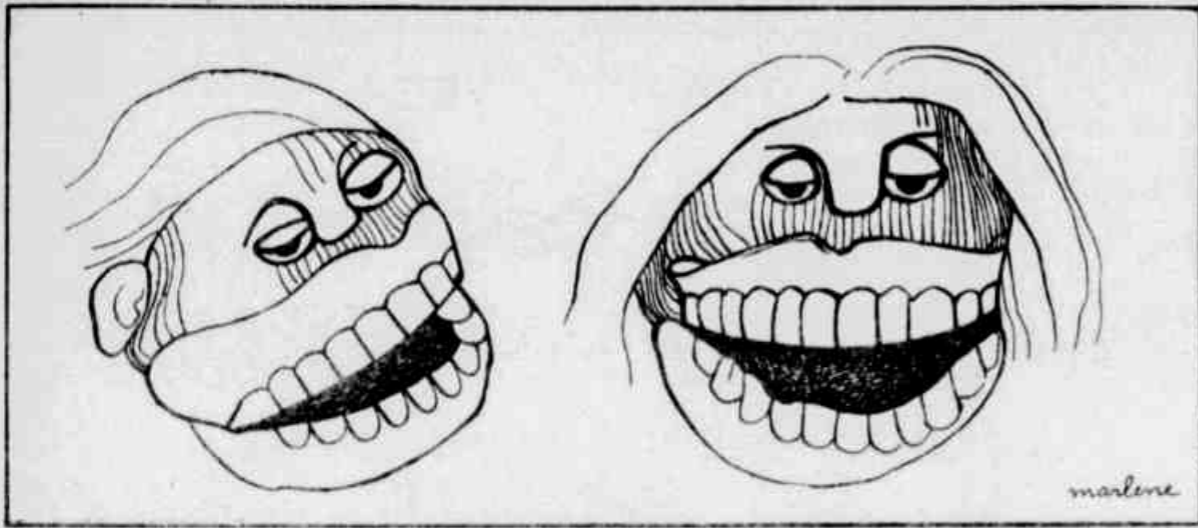
### Cursos de Extensão

Coordenação: Profª Maria Nilde Mascellani

- 1. EDUCAÇÃO POPULAR e ORGANIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES**  
duração: 24 sessões (2 semestres)  
às 3ªs. feiras — 2 turmas  
professores: ELZA F. LOBO e COLABORADORES  
Destinado a todos os interessados em Educação Popular com algum nível de prática em classes de adultos, grupos de saúde, comunidades de base, clubes de mães, creches, trabalho social e movimentos de bairros.
- 2. PEDAGOGIA PARALELA**  
duração: 15 sessões (às 2ªs. feiras)  
professora MARIA NILDE MASCELLANI  
Destinado a Professores, Orientadores e Diretores de Escolas de 1º e 2º graus, localizadas na periferia de São Paulo.
- 3. ESTIMULAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA TÉCNICAS E FUNDAMENTAÇÃO**  
duração: 12 sessões (às 3ªs. feiras)  
professores: MARIA DE LOURDES T. TEIXEIRA e MARIA LUCIA LIMA DE LUCA  
Destinado a Psicólogos Educacionais, Psicopedagogos, Orientadores, Monitores de Creches e Professores.
- 4. INDAGAÇÕES ATUAIS DA JUVENTUDE**  
duração: 10 sessões (às 5ªs. feiras)  
Dra. LELIA T. VISANI  
Destinado a Profissionais de Ciências Humanas e pais de jovens.
- 5. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO MARXISTA**  
duração: 12 sessões (às 4ªs. feiras)  
professor: DUARTE PEREIRA  
Destinado a iniciantes interessados no tema.

As inscrições deverão ser feitas até o dia 30 de março pelos telefones: 32-1635 ou 32-0958.  
local: Praça da Sé, 158 — 7º a. cj. 701





SAÚDE

## Os malefícios das clínicas populares

Arrancar dente é mais barato que uma cerveja

Lendo, no nº 294 de **Movimento**, a matéria "Veja como o Brasil pode se livrar de um bilhão de cáries", fiquei surpreso ao perceber como o assunto — odontologia — foi tão bem tratado pelo autor, Antonio Carlos Ferreira. Acompanho matérias sobre odontologia que são publicadas em revistas e jornais da "grande imprensa", que sempre pecam por erros grosseiros e pela superficialidade de suas análises.

O que acontece com a odontologia está relacionado diretamente com o "sistema de saúde" que nos é imposto pelo capitalismo internacional. No Brasil a odontologia está estruturada principalmente na odontologia dos Estados Unidos.

O ensino nas escolas nem sempre prepara e orienta os alunos para a realidade brasileira. As faculdades, mesmo quando mantidas pelo Estado, são bastante onerosas para os pais de alunos, que necessitam de instrumentos importados, caríssimos, controlados pelas multinacionais, e às vezes até de medicamentos também importados. E logo que o aluno concluir o curso terá que comprar o consultório, cujo preço atualmente varia de 400 a 800 mil cruzeiros.

Quando a faculdade é particular, além de instrumentos, materiais e medicamentos, o aluno tem que pagar uma taxa de matrícula que hoje é superior a 30 mil cruzeiros e as mensalidades, em torno de 20 mil.

Depois de concluído o curso e montado o consultório, descobre-se, devido ao aluguel, impostos, material e outras despesas, que o tratamento odontológico curativo é muito caro para o povo. E é então que co-

meçam a surgir e a proliferar espantosamente as "clínicas populares", que de "popular" só têm o nome, assim como os jornais **Notícias Populares**, **Diário Popular**, **O Dia** e outros — que são "populistas" e desonestos com o povo.

Nestes "açougues odontológicos", que a maioria do povo frequenta devido principalmente às suas condições econômicas e culturais, o tratamento é baseado em "extrações" (arrancar os dentes) e colocar "próteses". Geralmente as extrações são bastante baratas (mais baratas do que cortar o cabelo ou beber uma cerveja) e as próteses também, embora feitas por pessoas (protéticos) sem a mínima orientação e, por isso mesmo, perigosas. Uma prótese mal feita e mal adaptada é um dos principais fatores cancerígenos na boca. Além disso, por melhor que seja uma prótese total, nunca chega a substituir nem em 20% a função mastigatória dos dentes naturais. Além disso, as obturações feitas nessas clínicas são iatrogênicas — causam mais mal do que bem aos clientes.

Poderia apontar outros malefícios causados por estas clínicas, mas acho que isto já é suficiente. Vejo como única saída para solucionar este problema de saúde oral a mobilização e a organização do povo para criar um sistema econômico, político e social adaptado à nossa realidade e não imposto pelas multinacionais, como este que vivemos.

**Henrique de Souza Miranda**  
2º secretário da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, seção São João da Boa Vista, SP.

### Errata

Em nossa edição nº 297, um erro de revisão tornou Golbery do Couto e Silva diretor da Corretora Laureano. A referência correta era a seu filho, Golbery do Couto e Silva Júnior. Também por erro de produção gráfica, na página 12, o texto de apresentação da matéria ficou ininteligível; o certo é: "Como funciona o 'monstro' criado no mercado internacional do dinheiro, que liquidou com a independência das políticas econômicas nacionais". E em nossa edição passada a produção gráfica trocou as duas fotos de capa (Wladimir Palmeira e Marcos Nogueira). Nesta mesma edição se afirma que o Movimento dos Padres Casados se reuniu em Itaici; na verdade o encontro foi em Taboão da Serra e a carta do papa a que se refere a matéria foi enviada ao Encontro Nacional dos Bispos e não ao encontro dos padres casados. E na seção de cartas desta mesma edição, publicamos uma carta de nosso colaborador Armando Boito, com correções a respeito de um artigo seu publicado na edição nº 296 na seção **Tribuna Livre**. Como a forma de publicação da carta de Boito, ao lado de uma outra do deputado Siqueira Campos, pode gerar mal-entendido, **Movimento** confirma as afirmações de Boito na semana passada, ou seja: cometemos alguns erros na condensação de seu artigo na **Tribuna Livre**, que levaram a confundir sua posição perante a legalização da UNE. Como ele já disse, não é contra a legalização da entidade, mas contra a legalização que leva ao seu atrelamento ao aparelho do Estado.

### CAMPO

## Luta por carteira assinada

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu, Minas Gerais, está mobilizando toda a classe para a assinatura da carteira de trabalho de todos os trabalhadores rurais assalariados. E com o trabalho de base que estamos desenvolvendo os trabalhadores estão se conscientizando da necessidade da carteira assinada e de outros benefícios que podem alcançar através da união de todos no Sindicato (...)

Esta atitude foi tomada não só pela necessidade de um simples trabalho sindical, mas também em razão das perseguições que o Sindicato vem sofrendo da parte da Prefeitura e da Câmara Municipal, como também de outras autoridades, que procuram escurecer o que o Sindicato tem feito e está fazendo de bem para a comunidade (...)

Esperamos contar em nossa campanha com a participação e apoio de todos os trabalhadores e das autoridades que reconhecerem os direitos da classe através do que diz a lei.

**Miguel Monteiro dos Santos** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu — Minas Gerais.

**MOVIMENTO** — 23 a 29/3/81

TRIBUNA LIVRE

# Arte panfletária e panfleto artístico

Arte revolucionária, sem perder qualidade

Claribel Alegria, intelectual salvadorena que hoje vive na Europa, foi um dos jurados do último concurso "Casa de Las Americas", promovido pelo governo cubano a que há vinte anos vem reunindo escritores da América Latina. Em Cuba, Claribel foi convidada para algumas palestras, onde falou principalmente sobre literatura em El Salvador e sua relação com a luta pela libertação nacional. A seguir transcrevemos um trecho de sua palestra proferida na abertura do concurso, onde defende a ideia de que "toda expressão de arte pode ser revolucionária, sem que por isso perca sua qualidade"

te, vários professores universitários que deixaram as aulas para trabalhar em tempo integral, orientando e educando na prática, revolucionária cinco milhões de salvadorenses.

Não é possível nestes momentos fazer literatura encerrados em torres de marfim. Quem não luta ao lado do povo está contra ele.

Meu povo está comprometido numa luta não só para conquistar a soberania nacional, a autodeterminação e a justiça social, mas também por seu direito de ter acesso à cultura.

A cultura em meu país tem sido, até agora, ignorada, perseguida ou deformada deliberadamente. Em meio ao complexo comercial do Metro-Centro de San Salvador, se levanta um resplandecente monumento de hamburguers MacDonal'd, trazido diretamente de Miami sobre um tapete mágico.

A oligarquia do meu país, desde muitos anos, adora o ídolo plástico da cultura de consumo norte-americana. Isto acontece num país de gente faminta, analfabeta e marginalizada. É uma das contradições mais grotescas e alienantes de uma cultura sobreposta à nossa verdadeira cultura autóctone.

Ultimamente nossa cultura tem recebido golpes duríssimos. Desde 15 de outubro de 1979, paramilitares do governo salvadoreño assassinaram mais de 133 professores. Os quadros culturais de meu país aprenderam que o artista tem que ser um combatente a mais.

Recordo que um professor meu, de primário, por volta dos anos 30 já sentia isso. Chamava-se Francisco Luarca, era índio de Ataco e foi expulso do país acusado de subversão. Recordo-me de dom Celestino Castro, meu professor na escola secundária, que, junto a Cayetano Carpio, nosso comandante de guerra, esteve vários meses no cárcere e foi torturado selvagemmente até que um dia, à hora do recreio, burlou a vigilância dos policiais, saiu caminhando tranquilamente e se refugiou na embaixada da Costa Rica. Recordo nosso Roque Dalton, que duas vezes escapou por milagre das góelas da morte. Conheço muitos outros cujos nomes não posso revelar; um dramaturgo que encampou o teatro de luta de libertação nacional, um poeta que rabisca seus versos na culatra de seu fuzil quando há pausas no comba-

Tudo isto foi visto com clareza pelos companheiros que há cerca de dois anos formaram o Movimento da Cultura Popular. Ali, de forma combativa e também clandestina, dada a situação do país, trabalham poetas, dramaturgos, músicos, pintores etc. É um movimento que trata de recolher todas as expressões artísticas combativas através do país. Seu fuzil é o seu mural, a sua canção, o seu poema.

Toda expressão de arte pode ser revolucionária, sem com isso perder sua qualidade. Um poema talvez não deva ser panfletário, mas um panfleto sim pode ser artístico. Um conto fantástico, ainda que aparentemente não fale de política, também pode ser revolucionário. O povo o entende inteiramente, é mais sábio que cada um de nós e não se equivoca em suas preferências. A culatra deve ser sua e não pode pertencer somente a uma elite. Não pode ser jamais um objeto de luxo.

(...) "La libertad no se conquista con flores" — disse Augusto Cesar Sandino há meio século, "sino con el fusil en la mano". Sandino demonstrou que seu pequeno e mal equipado Exército de Homens Livres podia expulsar de seu país as forças mais bem preparadas do poder mais forte do mundo. Fidel Castro confirmou a lição há 21 anos, e há exatamente um ano e meio a Frente Sandinista de Libertação Nacional reconfirmou a visão de seu prócer e derrotou a Guarda Nacional de Somoza, treinada e equipada pelos Estados Unidos e abastecida por Israel e Argentina, entre outros.

Hoje é o meu país, El Salvador, o protagonista desta luta eterna entre a liberdade e o terror, entre a democracia popular e o fascismo, entre a vida plena e a desumanização brutal.

Claribel Alegria

## CONVITE

ATO CULTURAL — 25.03.81 — 20 hs. — COLÉGIO EQUIPE

No dia 25 de Março de 1981 os professores, em todo o Brasil, se mobilizarão de diferentes formas em função dos múltiplos problemas que enfrentam no exercício de sua profissão e em função da realidade atual do país.

Convidamos os colegas profissionais de Educação de todos os níveis de ensino da rede pública e particular, de todo o Estado de São Paulo, para o ATO CULTURAL que será realizado no dia 25 de março, às 20 horas.

O ATO CULTURAL será no Salão Nobre do Colégio Equipe, à Rua Martiniano de Carvalho nº 156. e constará de:

1. Breves Palavras aos Educadores Brasileiros — Prof. Paulo Freire.
2. Informe sobre a realidade educacional brasileira e latinoamericana — Coordenação da Mesa.  
Intervenção de um representante do Prof. David Maximiliano de Souza, que está cumprindo penas de prisão em Juiz de fora — Minas Gerais.
- 3 — Apresentação de músicas do folclore brasileiro e latino-americano — Grupo de Teatro "União e Olho Vivo".  
Colega, contamos com a sua presença.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL



O recado foi captado primeiro pela seção "Radar", da Veja: o general-presidente não gosta de se ver caricaturado. De radar em radar o recado se espalhou, isso é, passou a ser dado nos ouvidos dos chargistas pelos editores da grande imprensa: "Vê se manera!" Não maneramos, não! Se o homem não está gostando é sinal que estamos acertando, por isso lutaremos até a última gota de tinta nanquim pelo direito de caricaturá-lo. Neste CORTA-ESSA ESPECIAL lançamos nosso grito de guerra: pela caricatura ampla, geral e irrestrita!



# Corta Essa, Figueiredo!



Assim que Figueiredo revelou seu desapareço pelos chargistas, o Jornal de Brasília demitiu Giugon e acabou com a charge. Cuidado, pessoal! Eles estão de olho na gente!

PRESIDENTE, A DEMISSÃO DOS CHARGISTAS NÃO FOI UM ATO DE REVANCHISMO?  
VOCÊ TRABALHA EM QUE JORNAL MESMO?

